

Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025**

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Demonstrações contábeis

Índice

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	1
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	10
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11

Notas Explicativas

1 CONTEXTO OPERACIONAL	12
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	15
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30
5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30
6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	31
7 VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	32
8 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	35
9 PARTES RELACIONADAS	35
10 ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	39
11 INTANGÍVEL	39
12 ATIVOS DE CONTRATO	40
13 AVALIAÇÃO DE <i>IMPAIRMENT</i> PARA OS ATIVOS COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	41
14 FORNECEDORES	42
15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	43
16 DEBÊNTURES	45
17 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	46
18 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO CORRENTE E DIFERIDOS	47
19 PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	48
20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	50
21 PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	51
22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	53
23 CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	54
24 ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	55
25 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	55
26 RESULTADO FINANCEIRO	56
27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	57
28 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	69
29 COMPROMISSOS FUTUROS	69



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA
Macapá - AP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras Informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia



**Shape the future
with confidence**

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 34.840 mil em 31 de dezembro de 2025 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade de ativo intangível

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo intangível, conforme divulgados na nota explicativa nº 13 às demonstrações contábeis. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e margem de lucro para a unidade geradora de caixa; e (ii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

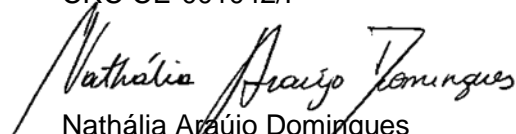
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA
Balço patrimonial em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	72.766	83.347	Fornecedores	14	197.151	177.962
Aplicações financeiras	5	619.767	878.538	Fornecedores - risco sacado	14.1	11.931	4.382
Contas a receber de clientes	6	404.929	353.355	Empréstimos e financiamentos	15	478.556	441.421
Instrumentos financeiros derivativos	27.4	8.244	33.966	Debêntures	16	33.928	57.085
Depósitos vinculados	19	-	809	Impostos e contribuições a recolher	17	129.916	117.195
Almoxarifado		9.321	7.652	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		-	288
Serviços pedidos		34.576	37.205	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		4.779	3.867
Impostos e contribuições a recuperar	8	38.208	47.494	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	1.191	122.585
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		28.408	21.605	Contribuição de iluminação pública		4.806	4.270
Subvenção CCC		8.790	11.347	Encargos setoriais		18.156	16.078
Outros créditos a receber		41.786	101.436	Participação nos lucros		10.720	7.792
Total do ativo circulante		1.266.795	1.576.754	Provisão para riscos judiciais	19	125.673	125.172
				Outras contas a pagar		19.903	29.411
Não circulante				Total do passivo circulante		1.036.710	1.107.508
Contas a receber de clientes	6	47.920	71.057	Não circulante			
Serviços pedidos		5.750	4.270	Empréstimos e financiamentos	15	460.368	508.850
Instrumentos financeiros derivativos	27.4	-	58.125	Debêntures	16	1.975.377	2.006.387
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	127.139	72.652	Instrumentos financeiros derivativos	27.4	68.684	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	110.040	117.026	Impostos e contribuições a recolher	17	124.767	201.971
Depósitos vinculados	19	7.356	7.773	Encargos setoriais		15.446	9.426
Outros créditos a receber		15.025	15.088	Provisão para riscos judiciais	19	48.469	72.786
Ativo financeiro da concessão	10	87.385	55.288	Outras contas a pagar		13.398	12.324
Intangível	11	1.054.128	733.006	Total do passivo não circulante		2.706.509	2.811.744
Ativo de contrato	12	350.434	536.685	Patrimônio líquido negativo			
Total do ativo não circulante		1.805.177	1.670.970	Capital social	20.1	1.517.876	1.517.876
				Reserva de capital		678	263
				Ajuste de avaliação patrimonial		40.677	28.775
				Prejuízos acumulados		(2.230.478)	(2.218.442)
				Total do patrimônio líquido negativo		(671.247)	(671.528)
Total do ativo		3.071.972	3.247.724	Total do passivo e patrimônio líquido negativo		3.071.972	3.247.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	22	1.814.074	1.584.664
Energia elétrica comprada para revenda	24	(803.125)	(568.531)
Custo de construção		(367.040)	(349.773)
Custo da operação		(121.309)	(75.332)
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	(1.291.474)	(993.636)
Lucro bruto		522.600	591.028
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	(43.709)	(61.867)
Despesas gerais e administrativas	23	(72.634)	(49.613)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	23	21.799	1.284
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(70.977)	(21.516)
Total de despesas operacionais		(165.521)	(131.712)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		357.079	459.316
Receitas financeiras		320.879	334.268
Despesas financeiras		(667.387)	(592.901)
Resultado financeiro, líquido	26	(346.508)	(258.633)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		10.571	200.683
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	(22.607)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18	-	296
Impostos sobre o lucro		(22.607)	296
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(12.036)	200.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(12.036)	200.979
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Resultado de <i>hedge accounting</i>	27.4	11.902	5.609
Resultado abrangente do exercício		(134)	206.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.517.876	23.166	-	(2.419.421)	(878.379)
Pagamento baseados em ações - <i>Matching shares</i>		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	200.979	200.979
Resultado abrangente do exercício						
Resultado de <i>hedge accounting</i>		-	5.609	-	-	5.609
Pagamento baseado em ações - Stock options				263		263
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.517.876	28.775	263	(2.218.442)	(671.528)
Pagamento baseados em ações - <i>Matching shares</i>	21.2	-	-	415	-	415
Prejuízo do exercício		-	-	-	(12.036)	(12.036)
Resultado abrangente do exercício						
Resultado de <i>hedge accounting</i>	27.4.1	-	11.902	-	-	11.902
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.517.876	40.677	678	(2.230.478)	(671.247)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(12.036)	200.979
Ajustes para:		
Amortização	71.339	33.820
Baixa de intangível, financeiro e contratual	19.265	1.828
Atualização do ativo financeiro e contratual	(4.698)	(18.882)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais e marcação a valor justo líquidas	219.349	413.817
Provisão (reversão) para riscos judiciais	(759)	5.242
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(21.799)	(1.284)
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.769	-
Baixas de recebíveis incobráveis	10.878	16.946
Provisão e atualização de encargos setoriais	(66.043)	17.690
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	209.472	(147.323)
Valor justo das opções de compra de ações	2.426	2.274
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	(205.416)	(258.662)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22.607	-
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-	(296)
Participação nos lucros	6.610	5.361
Provisão (reversão) para perda de estoque	18.230	9.562
Ajuste a valor presente	11.475	250
Encargos de geração distribuída	-	173
Rendimentos de aplicações financeiras	(111.860)	(55.813)
Subtotal	170.809	225.682
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(30.202)	(42.356)
Serviços pedidos	1.194	(8.429)
Depósitos vinculados	1.226	(5.402)
Almoxarifado	(1.669)	(2.183)
Impostos e contribuições a recuperar	16.272	(14.741)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(6.803)	(980)
Subvenção CCC	2.557	(983)
Outros créditos a receber	59.155	(95.758)
Fornecedores	16.512	(26.794)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(20.754)	(16.113)
Impostos e contribuições a recolher	(64.483)	(59.557)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(29.242)	(230)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	29.535	313.811
Contribuição de iluminação pública	536	(931)
Participação nos lucros	(3.682)	(3.518)
Encargos setoriais	74.096	(67.287)
Reversão para riscos judiciais	(23.057)	(53.572)
Outras contas a pagar	(10.445)	12.124
Caixa gerado nas atividades operacionais	181.555	152.783
Juros recebidos de aplicações financeiras	108.039	55.813
Imposto de renda e contribuição social pagos	6.347	-
Juros pagos	(350.192)	(261.073)
Fluxo de caixa líquido utilizado das atividades operacionais	(54.251)	(52.477)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo de contrato	(233.004)	(255.957)
Resgates (aplicações) financeiros	262.592	(408.916)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	29.588	(664.873)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(398.969)	-
Amortização de debêntures	(817.246)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	475.457	-
Captação de debêntures	744.002	782.715
Recebimento de instrumentos financeiros	10.838	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	14.082	782.715
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(10.581)	65.365
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83.347	17.982
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	72.766	83.347
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(10.581)	65.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	2025	2024
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	1.933.400	1.671.603
Receita de Construção	367.040	349.773
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21.799	1.284
Subtotal	2.322.239	2.022.660
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.170.165)	(918.304)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(107.296)	(108.971)
Subvenção CCC	(15.677)	(17.300)
Outras despesas / receitas	(71.751)	(22.878)
Subtotal	(1.364.889)	(1.067.453)
Valor adicionado bruto	957.350	955.207
Depreciação e amortização	(71.339)	(33.818)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	886.011	921.389
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	328.620	338.370
Subtotal	328.620	338.370
Valor adicionado total a distribuir	1.214.631	1.259.759
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	27.902	18.195
Benefícios	11.937	6.633
FGTS	2.862	2.048
Subtotal	42.701	26.876
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	286.305	253.989
Estaduais	228.754	184.040
Municipais	33	76
Subtotal	515.092	438.105
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	581.339	506.355
Aluguéis	1.487	898
Outros despesas financeiras	86.048	86.546
Subtotal	668.874	593.799
Remuneração de capitais próprios		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(12.036)	200.979
Subtotal	(12.036)	200.979
Valor adicionado	1.214.631	1.259.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA ("Companhia" ou "CEA"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos II S.A. ("Equatorial Participações II"), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Amapá, com 142.815 km², atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 269.995^(*) consumidores em 16 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) Referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Até novembro de 2021, a Companhia foi gerida pelo Governo do Estado do Amapá (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR). Conforme novo Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2021, assinado em 24 de novembro de 2021, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador (Equatorial Participações II), o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 23 de novembro de 2051, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

1.2 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Por meio de licitação na modalidade de leilão (Leilão nº 98/2015 – ANEEL), realizada em março de 2015, uma Usina Termelétrica (UTE) passou a ser operada pela empresa Oiapoque Energia S.A., vencedora do certame. Desde outubro de 2015, a referida empresa é responsável pela geração de energia no município de Oiapoque, o qual ainda não está conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O Leilão nº 98/2015 resultou na designação da empresa Oiapoque Energia S.A. como novo Produtor Independente de Energia (PIE) para o município de Oiapoque. À Companhia caberá a responsabilidade pela distribuição de energia elétrica no referido município, mantendo-se o mecanismo de reembolso das despesas relacionadas à operação em sistema isolado, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.016/2022.

Ressalta-se que a empresa Oiapoque Energia S.A. apresenta elevado nível de confiabilidade em seu sistema de suprimento, contando atualmente com um parque gerador diversificado, composto por uma Usina Termelétrica com capacidade instalada de 12 MW, uma Usina Fotovoltaica de 4 MW e, mais recentemente, pela entrada em operação de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) com capacidade instalada de 7,5 MW, reforçando a segurança energética e a confiabilidade do atendimento ao sistema isolado do município.

1.3 Continuidade operacional

A Administração fez a avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses e as demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme os prazos divulgados nas notas explicativas nº 15 e 16, respectivamente.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro 2025, prejuízo de R\$ 12.036 (R\$ 200.979 de lucro líquido em 31 de dezembro de 2024), capital circulante líquido positivo de R\$ 230.085 (R\$ 469.246 positivo em 31 de dezembro de 2024), patrimônio líquido negativo em R\$ 671.247 (R\$ 671.528 em 31 de dezembro de 2024), além de fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 54.251 (R\$ 52.477 negativo, em 31 de dezembro de 2024). O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro foi positivo de R\$ 357.079 (R\$ 459.316 em 31 de dezembro de 2024). A situação econômico-financeira atual indica que a Companhia está envidando esforços para reverter a situação de prejuízos históricos aliado a suas projeções.

Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais, seus resultados e reverter os indicadores negativos, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Priorização de investimentos com impacto em incremento de consumidores, combate às perdas e melhoria da qualidade e continuidade do fornecimento, visando melhora do fluxo de caixa da Companhia;
- (ii) Fortalecimento das ações de cobrança e de combate às perdas; e
- (iii) Reforço da estrutura de capital e do caixa através da captação de recursos, mediante a liberação dos recursos da 8ª e 9ª emissão de debêntures simples, liberação de financiamento junto ao BNDES e contratação de empréstimo sob a Lei 14.286/21 junto ao *Citibank*, conforme descritos nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures.

A Administração da Companhia acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

1.4 Reforma tributária sobre consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 trouxe maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia, quando aplicável, também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação da demonstração contábil. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Contas a receber de clientes	6	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	3.12.3 e 6.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	3.6 e 7	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	3.3.1 e 10	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	3.3.2 e 11	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	3.4 e 12	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais corrente e diferidos	3.7 e 18	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias.
Provisão para riscos judiciais	3.13 e 19	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Receita operacional líquida	3.1 e 22	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Transações de pagamentos baseados em ação	3.9.1 e 21	As estimativas significativas referem-se à determinação do valor justo dos instrumentos concedidos na data da outorga e, no caso de planos liquidados em caixa, à mensuração do valor justo para o reconhecimento do passivo.
Instrumentos financeiros	3.11 e 27	Julgamentos e estimativas na mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a determinação de valor justo, especialmente para instrumentos não cotados e derivativos, assim como premissas relacionadas a risco de crédito, taxas de mercado e modelos de precificação.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aqueles importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.16 – Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

3.1 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia, no âmbito da atividade de distribuição de energia elétrica, são compostas por:

- (i) Receita de distribuição: reconhecida com base na energia elétrica efetivamente consumida pelos clientes, conforme o calendário de leitura e a tarifa estabelecida pela ANEEL. A receita não faturada, correspondente ao período entre a última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida no mês da prestação do serviço;
- (ii) Receita pela disponibilidade: uso da rede, referente à infraestrutura de distribuição colocada à disposição de consumidores livres e cativos, mensurada com base na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), conforme regulação da ANEEL;
- (iii) Receita de construção: derivada de serviços de construção e melhorias da infraestrutura associada à concessão, reconhecida conforme o estágio de execução da obra. Em função do modelo regulatório, essa receita é reconhecida com margem de lucro nula, uma vez que não há previsão tarifária de remuneração sobre essa atividade; e
- (iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios: calculada pelo método dos juros efetivos, com base na taxa regulatória (WACC) e atualizada monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), refletindo o valor justo do ativo financeiro vinculável à indenização ao final da concessão, conforme Nota Explicativa 3.3.1 – Ativo intangível e ativo financeiro da concessão.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

3.3 Ativo intangível e ativo financeiro da concessão

A Companhia opera sob contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica firmados com a União, na qualidade de poder concedente. Tais contratos estabelecem que: (a) Os serviços a serem prestados, as classes de consumidores atendidas e os padrões de desempenho exigidos; (b) A obrigação de manutenção e devolução da infraestrutura nas mesmas condições originais, demandando investimentos contínuos; (c) O direito à indenização ao final da concessão pelos ativos vinculados não amortizados/depreciados; (d) A regulação tarifária com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), assegurando a cobertura de custos, amortização dos investimentos e remuneração do capital.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a Companhia adota os seguintes critérios de contabilização:

Ativo financeiro: referente ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos investimentos realizados, mensurado com base no Valor Novo de Reposição (VNR);

Ativo intangível: referente ao valor residual não indenizável, recuperável mediante a prestação contínua do serviço ao consumidor final.

A infraestrutura utilizada na concessão é recuperada através de:

- (i) faturamento decorrente do consumo de energia durante o prazo da concessão; e
- (ii) indenização por bens reversíveis ao final da concessão.

3.3.1 Ativo financeiro da concessão

A companhia reconhece ativo financeiro da concessão sempre que possuem direito contratual incondicional de receber caixa do poder concedente (indenização). Quando a remuneração se dá parte por ativo financeiro e parte por ativo intangível, os componentes são reconhecidos separadamente com base em seu valor justo inicial, sem reclassificação posterior, salvo alteração no modelo de gestão dos ativos financeiros.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é atualizado, mensalmente, considerando o IPCA, por ser este um dos principais índices de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. A atualização é registrada contabilmente em receitas operacionais, conforme diretrizes da OCPC 05 – Contratos de Concessão, alinhando-se ao modelo de negócio da Companhia.

A Lei nº 12.783/2013 determina que a indenização utilize a metodologia do VNR, considerando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida pela ANEEL. A remuneração inclui também ativos ainda não homologados, estimados com base no IPCA e projeções de glosas fundamentadas em experiências anteriores, conforme práticas da Administração, buscando refletir o valor justo dos ativos.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

3.3.2 Ativo intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04, um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pelas controladas Companhia.

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis

para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.3.3 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

3.4 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo poder concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.5 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 - Custo de Empréstimos. Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.6 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros

A estrutura das tarifárias de energia elétrica da Companhia é composta por:

- Parcela A custos não gerenciáveis: incluem encargos e custos com compra e transporte de energia, que são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo poder concedente, sem impacto direto no resultado da Companhia.
- Parcela B (custos gerenciáveis): referem-se a investimentos em infraestrutura, operação, manutenção e remuneração de capital. Essa parcela influencia diretamente o desempenho da Companhia, pois envolve riscos operacionais e não possui garantia de neutralidade tarifária.

As tarifas são definidas com base no modelo tarifário estabelecido pela Lei nº 8.987/1995, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro das concessões. O modelo prevê:

- (a) reajuste tarifário anual, para atualização de custos;
- (b) revisão tarifária periódica a cada cinco anos, com recomposição da Parcela B e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Durante o processo tarifário, eventuais diferenças entre os custos estimados e os efetivamente incorridos da Parcela A, apurados no ciclo tarifário geram ativos ou passivos setoriais, registrados pelo regime de competência. Esses valores serão compensados financeiramente no ciclo tarifário subsequente ou, em caso de extinção da concessão, incluídos na base de indenização prevista contratualmente.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

3.7.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, às alíquotas de 15% para o imposto de renda, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, a Companhia compensa prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo, com base na melhor estimativa do valor esperado a recolher ou a recuperar, utilizando as alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa ativos e passivos fiscais correntes quando existe direito legalmente executável de compensação e há intenção de liquidar os valores em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 — Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a probabilidade de aceitação dos tratamentos fiscais adotados nas apurações do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que é mais provável que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.7.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, considerando projeções baseadas nos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado periodicamente e reduzido quando não for mais provável sua realização.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes na data do balanço, aplicáveis no período esperado de reversão das diferenças temporárias.

3.8 Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que serão recebidas e de que todas as condições a elas vinculadas serão atendidas. Os benefícios relacionados a despesas são reconhecidos no resultado de forma sistemática ao longo do período do benefício. Aqueles vinculados a ativos são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado linearmente ao longo da vida útil estimada dos respectivos ativos. Benefícios não monetários são registrados pelo valor nominal e reconhecidos no resultado ao longo da vida útil do bem, em prestações anuais iguais.

3.8.1 Benefícios fiscais

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu Laudo Constitutivo nº088/2023, que concedem a Companhia o direito à redução de 75% do imposto de renda, em razão da implantação, modernização e diversificação dos empreendimentos localizados em suas respectivas áreas de atuação, com vigência para os anos de 2023 a 2032.

A Companhia é detentora, desde 2022, do benefício fiscal SUFRAMA, inscrita sob o nº 201134004, que concede reduções tributárias aplicáveis às operações destinadas às áreas incentivadas da Amazônia Ocidental. Os efeitos do incentivo são reconhecidos conforme a realização das operações e o atendimento aos requisitos formais exigidos pelo órgão.

Crédito presumido de ICMS

Em 22 de julho de 2021, a Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá (SEFAZ) e a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, firmaram o termo de acordo 001/2021 em que o Estado concederá crédito presumido de 10% (dez por cento) calculados sobre o valor do faturamento bruto dos estabelecimentos da acordante localizados no Estado, no segundo mês anterior ao crédito que deverão ser utilizados, exclusivamente na liquidação de débitos vencidos e vincendos decorrentes do consumo de energia elétrica da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações.

3.9 Benefícios a empregados

3.9.1 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. (Controladora indireta da Companhia), concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a administradores e colaboradores da Companhia.

A Companhia reconhece como despesa, contra patrimônio líquido ou passivo, os pagamentos baseados em ações à medida que os serviços são prestados. O valor justo dos prêmios concedidos a administradores e colaboradores é reconhecido como despesa de pessoal durante o período de aquisição do direito, ajustado conforme a expectativa de cumprimento das condições de serviço e desempenho. Para transações em que os bens ou serviços não são identificáveis, o valor é mensurado pela diferença entre o valor justo do instrumento patrimonial outorgado e o valor dos bens ou serviços identificáveis. No caso de liquidação em caixa, o passivo é remensurado até sua quitação.

3.10 Capital social

3.10.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.11 Instrumentos financeiros

3.11.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48. As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.11.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.11.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.11.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.11.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo:

(a) *Hedge* de fluxo de caixa e a valor justo

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de valor justo, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas diretamente no resultado do período. Simultaneamente, o valor contábil do item objeto de *hedge* é ajustado pelas variações atribuíveis ao risco objeto da proteção, sendo tais efeitos também reconhecidos no resultado, de forma a refletir a compensação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido.

Conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 27.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

3.11.6 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27.3 - Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

3.12 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.12.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato, utilizando matriz de provisão baseada em taxas históricas de perda, ajustadas por informações prospectivas quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são mensuradas, em regra, para a vida inteira dos instrumentos, exceto para títulos de dívida e saldos bancários com baixo risco de crédito ou cujo risco não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, os quais são mensurados com base em perdas esperadas para 12 meses. A avaliação considera informações razoáveis e suportáveis, quantitativas e qualitativas, incluindo experiência histórica, análises de crédito e fatores prospectivos. O prazo máximo considerado na estimativa corresponde ao período contratual máximo de exposição ao risco de crédito. Ver nota explicativa nº 27.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros.

3.12.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia a existência de evidências de perda por recuperação nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Considera-se que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação quando há evidência objetiva de que um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial impactaram negativamente os fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Tais evidências incluem, entre outros fatores, dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário, descumprimento de cláusulas contratuais, reestruturações de valores em condições não usuais, probabilidade de falência ou reorganização financeira do devedor, bem como o desaparecimento de mercado ativo em decorrência de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconhecem como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

3.12.3 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas

A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (*aging list*). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do faturamento dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

3.12.4 Ativos não financeiros

A Administração avalia anualmente a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Sempre que os indícios são identificados, a Companhia avalia se o valor contábil líquido excede o seu valor recuperável e, quando necessário reconhece uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil e é calculado utilizando-se a taxa de desconto antes dos tributos (pre-tax).

Para fins de aplicação do CPC 01/IAS 36, a Companhia é tratada como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente.

A Companhia projeta os fluxos de caixa gerados pela UGC com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes elaborados pela Administração. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período de concessão da Companhia. A Administração avalia ainda se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso.

A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme nota explicativa nº 13 - Avaliação de *Impairment*.

3.13 Provisão para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.14 Demonstração de valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.15 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia monitora mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Embora, na data-base das demonstrações contábeis, os riscos relacionados ao clima não tenham gerado efeitos significativos na mensuração contábil, a Companhia reconhece que tais riscos ampliam a incerteza associada às estimativas e pressupostos utilizados e podem influenciar diversos componentes das demonstrações contábeis. Os itens mais diretamente afetados pelas questões climáticas incluem:

- Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

3.16 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.16.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

3.16.2 Normas emitidas com vigência a partir de 01/01/2026

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 e CPC 40 (R1): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis – Volume 11	Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam o CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) (e sua orientação), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2), com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.	01/01/2026
CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis.	01/01/2027

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	6.907	7.205
Equivalentes de caixa		
Aplicação Direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	65.859	1.008
Fundo de Investimento		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	3.009
Operações Compromissadas	-	72.125
Subtotal de equivalentes de caixa	65.859	76.142
Total	72.766	83.347

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale a 99,56% do CDI (99,01% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

	2025	2024
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimento	480.735	598.259
Cotas de fundos de investimento FIDC	5.446	1.480
Títulos Públicos	-	118.378
Letra financeira	-	35.227
Fundo aberto	133.586	125.194
Total circulante	619.767	878.538
Total aplicações financeiras (a)	619.767	878.538

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale a 101,30% do CDI (98,14% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(a) A variação do exercício decorre principalmente das amortizações de empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.2 – Movimentação de empréstimos e financiamentos e 16.2 – Movimentação das debêntures.

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	2025				2024			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	36.805	46.448	175.733	258.986	36.910	41.599	199.795	278.304
Industrial	4.340	1.173	1.384	6.897	4.148	2.636	2.683	9.467
Comercial	20.714	7.763	21.231	49.708	20.923	7.708	28.150	56.781
Rural	167	719	4.754	5.640	258	636	4.368	5.262
Poder público	11.080	7.817	7.637	26.534	9.510	5.010	8.010	22.530
Iluminação pública	2.439	701	1.419	4.559	2.531	4.110	2.091	8.732
Serviço público	1.199	116	18	1.333	657	82	615	1.354
Contas a receber de consumidores faturados	76.744	64.737	212.176	353.657	74.937	61.781	245.712	382.430
Residencial	73.156	6.486	55.698	135.340	104.705	7.860	50.294	162.859
Industrial	6.176	377	6.162	12.715	4.592	267	8.778	13.637
Comercial	11.441	1.194	9.949	22.584	13.452	1.456	9.593	24.501
Rural	1.113	100	804	2.017	1.292	104	782	2.178
Poder público	16.588	2.234	4.797	23.619	21.663	1.621	4.964	28.248
Iluminação pública	12.179	240	1.163	13.582	11.017	1.125	1.446	13.588
Serviço público	194	21	37	252	-	-	-	-
Parcelamentos (a)	120.847	10.652	78.610	210.109	156.721	12.433	75.857	245.011
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	34.840	-	-	34.840	34.582	-	-	34.582
Baixa renda (c)	9.562	-	-	9.562	6.615	-	-	6.615
Outras (d)	52.032	-	-	52.032	8.683	-	-	8.683
Subtotal	294.025	75.389	290.786	660.200	281.538	74.214	321.569	677.321
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(34.962)	(14.890)	(157.499)	(207.351)	(39.422)	(17.081)	(196.406)	(252.909)
Total contas a receber clientes	259.063	60.499	133.287	452.849	242.116	57.133	125.163	424.412
Circulante				404.929				353.355
Não circulante				47.920				71.057

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, no montante de R\$ 17.505 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 6.030 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao resultado financeiro;
- (b) As contas a receber consumidores não faturados corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) A variação está vinculada principalmente à reclassificação do valor de luz paga da linha de outros créditos a receber para o contas a receber de clientes no valor de R\$ 43.155.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2024	Provisões / Reversões (b)	Baixas	2025
Contas a receber de consumidores faturados	(151.021)	16.628	19.118	(115.275)
Parcelamentos	(95.246)	4.185	5.161	(85.900)
Contas a receber de consumidores não faturados	(1.414)	(136)	-	(1.550)
Outras (a)	(5.228)	(89)	691	(4.626)
Total	(252.909)	20.588	24.970	(207.351)

	2023	Provisões / Reversões (b)	Baixas	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(245.980)	9.860	85.099	(151.021)
Parcelamentos	(98.612)	(12.004)	15.370	(95.246)
Contas a receber de consumidores não faturados	(978)	(436)	-	(1.414)
Outras (a)	(9.899)	3.864	806	(5.228)
Total	(355.469)	1.284	101.275	(252.909)

(a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021; e

(b) A movimentação líquida do exercício, resultou em uma reversão, no montante de R\$ 20.588, com impacto no resultado operacional e financeiro referente a constituição de reversão de R\$ 22.357 e provisão R\$ 1.769, respectivamente, conforme notas explicativas nº 23 – Custos do serviço e despesas operacionais e 26 – Resultado financeiro.

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	2024	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	2025
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(30.568)	(78.373)	18.567	(12.923)	-	(103.297)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	(1.107)	2.005	1.200	34	-	2.132
Rede básica (c)	3.069	7.951	(944)	350	-	10.426
Compra de energia CVA (d)	38.728	47.504	(19.246)	5.734	-	72.720
ESS - Encargos do serviço do sistema (e)	6.993	(4.372)	(5.525)	508	-	(2.396)
Subtotal	17.115	(25.285)	(5.948)	(6.297)	-	(20.415)
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (f)	(7.080)	7.518	-	378	(28.745)	(27.929)
Neutralidade (g)	(30.578)	64.003	27.597	5.724	-	66.746
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(3.355)	(4.496)	2.974	(285)	-	(5.162)
Risco Hidrológico (h)	(33.285)	-	3.008	(2.156)	-	(32.433)
CDE Modicidade tarifária (i)	(4.308)	-	4.066	(416)	(790)	(1.448)
Compensação créditos PIS/COFINS	328	-	(326)	-	-	2
Outros (j)	11.230	(3.364)	121.213	17.508	-	146.587
Subtotal	(67.048)	63.661	158.532	20.753	(29.535)	146.363
Total	(49.933)	38.376	152.584	14.456	(29.535)	125.948
Circulante						
Valores a receber	98.619					16.660
Valores a devolver	(221.204)					(17.851)
Efeito líquido ativo (passivo)	(122.585)					(1.191)
Não circulante						
Valores a receber	149.851					313.213
Valores a devolver	(77.199)					(186.074)
Efeito líquido ativo (passivo)	72.652					127.139
Efeito líquido total	(49.933)					125.948

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Reclassificação	2024
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	180	(13.912)	(16.778)	(58)	-	-	(30.568)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	(3.320)	2.571	(110)	(248)	-	-	(1.107)
Rede básica (c)	8.476	(6.548)	521	620	-	-	3.069
Compra de energia CVA (d)	(35.014)	30.496	42.895	351	-	-	38.728
ESS - Encargos do serviço do sistema (e)	15.607	(20.132)	9.929	1.589	-	-	6.993
Subtotal	(14.071)	(7.525)	36.457	2.254	-	-	17.115
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (f)	4.908	(42.241)	56.954	1.509	(28.210)	-	(7.080)
Neutralidade (g)	8.400	(7.753)	(29.501)	(1.724)	-	-	(30.578)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(3.583)	(3.164)	3.318	74	-	-	(3.355)
Risco Hidrológico (h)	(27.769)	29.239	(33.179)	(1.576)	-	-	(33.285)
CDE Modicidade tarifária (i)	(2.128)	6.466	(4.329)	(590)	(4.338)	611	(4.308)
Compensação créditos PIS/COFINS	7.512	-	(9.315)	-	-	2.131	328
Outros (j)	31.947	410.209	(153.074)	6.153	(224.327)	(59.678)	11.230
Subtotal	19.287	392.756	(169.126)	3.846	(256.875)	(56.936)	(67.048)
Total	5.216	385.231	(132.669)	6.100	(256.875)	(56.936)	(49.933)
Circulante							
Valores a receber	107.016						98.619
Valores a devolver	(91.521)						(221.204)
Efeito líquido ativo (passivo)	15.495						(122.585)
Não circulante							
Valores a receber	3.795						149.851
Valores a devolver	(14.074)						(77.199)
Efeito líquido ativo (passivo)	(10.279)						72.652
Efeito líquido total	5.216						(49.933)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2025 a 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA CDE foi afetado pela constituição negativa da CVA de R\$ 78.373, devido a quitação do empréstimo CDE Covid e Escassez conforme o DSP nº 3.056/24;
- (b) O saldo da CVA PROINFA foi afetado pela constituição positiva da CVA de R\$ 2.005, devido aos custos com a quota PROINFA para o ano de 2025 conforme REH nº 3.422 de 03 de dezembro de 2024, serem maiores que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2024;
- (c) O saldo da CVA Rede Básica foi impactado pela constituição positiva de R\$ 7.951, decorrente dos custos com a despesa de Rede Básica inferiores à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2024;
- (d) O saldo da CVA de energia teve como movimentação: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados à distribuidora, para atendimento do mercado, o que explica o principal movimento de R\$ 54.413; (ii) efeito negativo de R\$ 6.909 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro não homologada ANEEL, totalizando o movimento de constituição de R\$ 47.504;
- (e) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição negativa de R\$ (4.372), referente à constituição da CVA ESS passiva;
- (f) A constituição ativa de R\$ 7.518 é o ativo regulatório formado pela diferença entre o PLD e o Pmix, referente à venda no mercado de curto prazo devido a movimentação da sobrecontratação, a um PLD médio de R\$ 204,93/MWh, inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora de R\$ 219,76/MWh;
- (g) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para esse exercício foi constituído o montante positivo de R\$ 64.003;
- (h) Refere-se ao reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada;
- (i) A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia; e
- (j) O saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações da Quitação da Conta Covid, pela Neutralidade COVID, pelos saldos financeiros de Garantia Financeira, CUSD, além de encargos financeiros relacionados.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, a cada cinco anos, realiza a Revisão Tarifária Periódica (RTP) sendo a próxima revisão em 2026, onde também é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

Dada a postergação da definição do reajuste tarifário de 2025, a distribuidora permanece sob tarifas homologadas mediante REH ANEEL nº 3.430, de 10 de dezembro de 2024. Haverá reconhecimento regulatório da diferença gerada pela postergação, garantindo neutralidade financeira. Tal postergação será findada assim que a ANEEL deliberar o reajuste tarifário da distribuidora, previsto para abril de 2026. O ajuste financeiro do período de postergação deve ser reconhecido no processo tarifário de 2026, a ocorrer em dezembro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 123.803 (R\$ 23.136 em 31 de dezembro de 2024) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 27.106 (R\$ 16.368 em 31 de dezembro de 2024) foram obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 96.696 (R\$ 6.767 em 31 de dezembro de 2024) foram recebidos via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Impostos e contribuições a recuperar

	2025	2024
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	31.191	28.045
Neutralidade PIS e COFINS (a)	2.812	19.377
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	49	-
PIS e COFINS	4.156	72
Total circulante	38.208	47.494
Não circulante		
Neutralidade PIS e COFINS (a)	63.905	63.905
ICMS	46.135	53.121
Total não circulante	110.040	117.026
Totais impostos e contribuições a recuperar	148.248	164.520

- (a) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de neutralidade de PIS e COFINS sobre os saldos de RGR, empréstimo aprovado pela ANEEL, cujo repasse foi realizado atendendo ao disposto na Portaria MME-CJ nº 697 de dezembro de 2016 e a obrigação do pagamento foi extinta, em 1º de março de 2021, pela Lei nº 14.120. A amortização do curto prazo está sendo realizada pela recuperação da neutralidade do exercício vigente.

9 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui transações com partes relacionadas referentes, principalmente, aos contratos de compartilhamentos, com as empresas descritas abaixo:

Notas	2025		2024		
	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	
Contas a receber de clientes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	(I)	1.162	12.913	-	-
Total		1.162	12.913	-	-
Outras contas a receber (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	376	-	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	52	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	78	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(a)	-	-	4	-
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	(a)	7	83	13	80
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(b)	-	205	51	194
Total		513	288	68	274
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(c)	614	1.758	482	1.246
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	139	1.811	696	1.725
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	56	699	239	690
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	44	519	162	472
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(c)	43	750	239	710
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(m)	-	8	4	11
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(m)	-	7	4	11
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(m)	-	11	5	15
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(m)	-	21	18	38
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(m)	-	8	4	12
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(m)	-	9	5	13
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(m)	-	14	8	22
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	112	2.030	593	1.070
Total		1.008	7.645	2.459	6.035

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2025 a 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(546)	-	(546)	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(1.221)	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(254)	-	(45)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(269)	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(d)	-	-	(27)	-
Equatorial Serviços S.A.	(e)	(1.580)	(6.048)	(1.292)	(5.822)
Instituto de ciência e tecnologia grupo equatorial (ICT)	(f)	(18)	-	(307)	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(e)	(1.331)	(2.201)	(202)	(504)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(g)	-	(171)	(17)	(118)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(g)	-	(153)	(15)	(115)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(g)	-	(223)	(22)	(169)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(g)	-	(402)	(48)	(301)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(g)	-	(185)	(12)	(122)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(g)	-	(230)	(23)	(173)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(g)	-	(227)	(19)	(191)
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	(d)	(23)	(262)	-	-
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(d)	-	-	-	(337)
Total		(5.242)	(10.102)	(2.575)	(7.852)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial S.A.	(h)	(1.963)	(8.239)	(9.271)	(20.936)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(1.237)	(5.308)	(891)	(3.344)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(228)	(1.975)	(405)	(1.586)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(83)	(750)	(149)	(516)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(97)	(757)	(223)	(649)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	(70)	(788)	(241)	(564)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(m)	-	(5)	(2)	(4)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(m)	-	(7)	(3)	(7)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(m)	-	(7)	(1)	(4)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(m)	-	(87)	(26)	(90)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(m)	-	(6)	(2)	(4)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(m)	-	(6)	(1)	(3)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(m)	-	(10)	(4)	(10)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(197)	(2.097)	(586)	(1.023)
Total		(3.875)	(20.042)	(11.805)	(28.740)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	2025		2024		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Investimento em serviço (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(i)	17	(17)	18	(18)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(j)	251	(251)	251	(251)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(k)	5	(5)	5	(5)
Total		273	(273)	274	(274)

- (a) Os valores são provenientes a vendas de bens materiais;
- (b) O saldo é referente ao contrato de arrendamento;
- (c) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (d) Os valores são provenientes de compra de bens materiais;
- (e) Saldos referentes a serviços de fornecimento de internet;
- (f) Referem-se à projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (g) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro referente a serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (aval), entre a Companhia (contratante) e a Equatorial S.A. (contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (i) Relação de ativos cedidos em comodato nos exercícios de 2021 e 2022, em caráter emergencial e de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses, 11 (onze) meses e 24 (vinte e quatro) meses, conforme descrito no Termo de Comodato e prorrogado até 29 de novembro de 2024, 31 de outubro de 2024 e 29 de novembro de 2024 conforme Termo Aditivo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (j) Relação de ativos cedidos em comodato, de forma não onerosa pelo prazo de 5 (cinco) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (k) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, prorrogado até 29 de novembro de 2024 conforme Termo Aditivo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (l) Os valores são provenientes do contrato de uso da rede de energia; e
- (m) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 5.900, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2025 (R\$ 5.900 em 26 de abril de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados nas notas explicativas nº 21 – Planos de incentivo a longo prazo.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Remuneração fixa anual	518	559
Salário ou Pró-labore	393	459
Benefícios diretos e indiretos	125	100
Remuneração variável	1.086	1.346
Benefício pós-emprego	24	18
Remuneração baseada em ações	1.811	2.337
Valor total da remuneração	3.439	4.260

9.2 Garantias

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia contam com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2024	Atualização do ativo financeiro	Transferências ativos de contrato	2025
Ativo financeiro	73.934	4.698	27.399	106.031
Obrigações especiais (a)	(18.646)	-	-	(18.646)
Ativo financeiro	55.288	4.698	27.399	87.385

	2023	Atualização do ativo financeiro	Transferências ativos de contrato	Reclassificações	2024
Ativo financeiro	32.042	18.882	4.364	18.646	73.934
Obrigações especiais	-	-	-	(18.646)	(18.646)
Ativo financeiro	32.042	18.882	4.364	-	55.288

- (a) O valor de R\$ 18.646 corresponde ao reconhecimento de sobras físicas do laudo de avaliação homologado, pois de acordo o OFÍCIO Nº 84/2021-SFF/ANEEL, que trata dos Procedimentos contábeis para reconhecimento das Sobras Físicas e do Ativo Imobilizado em Curso – AIC, no âmbito da Medida Provisória nº 998/2020, O ingresso contábil dos ativos no patrimônio da concessionária deverá estar em consonância com as informações contidas no laudo de avaliação, com os efeitos da metodologia de valoração de ativos (VNR), o Capítulo III Art. 8º, § 2º da Lei nº 12.783, de 2013 que determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2025			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	
Em serviço	5,63%	1.846.836	(535.296)	(257.412)	1.054.128
Total		1.846.836	(535.296)	(257.412)	1.054.128

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2024			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	
Em serviço	4,56%	1.373.685	(472.852)	(167.827)	733.006
Total		1.373.685	(472.852)	(167.827)	733.006

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

11.1 Movimentação do ativo intangível

	2024	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato	2025
Em serviço	1.373.685	-	(40.109)	513.260	1.846.836
(-) Amortização	(472.852)	(83.288)	20.844	-	(535.296)
Total em serviço	900.833	(83.288)	(19.265)	513.260	1.311.540
Obrigações especiais	(199.789)	-	-	(101.534)	(301.323)
(-) Amortização	31.962	11.949	-	-	43.911
Total em obrigações especiais	(167.827)	11.949	-	(101.534)	(257.412)
Total	733.006	(71.339)	(19.265)	411.726	1.054.128

	2023	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato	2024
Em serviço	1.195.164	-	(10.028)	188.549	1.373.685
(-) Amortização	(428.134)	(52.916)	8.198	-	(472.852)
Total em serviço	767.030	(52.916)	(1.830)	188.549	900.833
Obrigações especiais	(91.495)	-	-	(108.294)	(199.789)
(-) Amortização	12.864	19.098	-	-	31.962
Total em obrigações especiais	(78.631)	19.098	-	(108.294)	(167.827)
Total	688.399	(33.818)	(1.830)	80.255	733.006

A Companhia avaliou e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

12 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2024	Adições (a)	Transferências		2025
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato	560.446	367.040	(513.260)	(27.399)	386.827
Obrigações especiais	(23.761)	(114.166)	101.534	-	(36.393)
Total	536.685	252.874	(411.726)	(27.399)	350.434

	2023	Adições	Transferências		2024
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato	403.586	349.773	(188.549)	(4.364)	560.446
Obrigações especiais	(62.611)	(69.444)	108.294	-	(23.761)
Total	340.975	280.329	(80.255)	(4.364)	536.685

- (a) O montante de R\$ 252.874 refere-se às adições líquidas de ativos de contrato reconhecidas no exercício, em que R\$ 233.004 impactou o caixa da Companhia, R\$ 10.226 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 21.666 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, conforme nota explicativa nº 28.1 – Transações não envolvendo caixa, R\$ 18.230 refere-se à constituição da provisão para perda de estoque líquidos, conforme nota explicativa nº 25 – Outras despesas operacionais e R\$ 6.208 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 15.2 – Movimentação de empréstimos e financiamentos.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

O valor do ativo de contrato foi considerado no teste de recuperabilidade como "*carrying amount*" da unidade geradora de caixa, conforme nota explicativa nº 13 – Avaliação de *impairment*.

13 Avaliação de *impairment* para os ativos com vida útil definida

A Companhia realizou teste de recuperabilidade pelo valor em uso, mensurado pelo valor presente dos fluxos de caixa projetados até o fim da concessão (26 anos), com base em orçamentos e premissas aprovados pela Administração. Para fins do CPC 01, a Companhia é tratada como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente.

A Companhia utilizou a taxa de desconto pré-imposto de 12,17% em 31 de dezembro de 2025 (11,70% em 31 de dezembro de 2024), derivada do WACC ajustado para refletir o valor temporal do dinheiro e riscos específicos não capturados nos fluxos.

De forma geral, os testes contemplam as seguintes premissas:

- Receita operacional líquida: volume de mercado (histórico e perspectivas macroeconômicas, climáticas e regulatórias) e tarifas projetadas conforme processos ANEEL (reajustes/revisões), deduzidas de encargos setoriais e tributos;
- Custo do serviço: compra de energia (contratos 102% do mercado projetado) e CVAs, encargos regulatórios (CDE – COVID, Escassez Hídrica, Axia Energia e Uso, PROINFA, ESS/ERR, TFSEE, CUSD) conforme normas e metodologias homologadas;
- Despesas operacionais (OPEX): crescimento de consumidores, inflação e manutenção de DEC, FEC e perdas nos patamares regulatórios;
- Índice de arrecadação (IAR): conforme políticas de cobrança e desempenho esperado;
- Investimentos (CAPEX): com base Quota de Reintegração Regulatória (QRR) e Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI), segundo metodologia ANEEL para ciclos subsequentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Com o objetivo de avaliar a robustez do valor recuperável, a Companhia realizou análise de sensibilidade aplicando variações independentes e combinadas nas premissas mais relevantes do modelo:

- taxa de desconto;
- taxa de crescimento.

Os resultados demonstraram que, alterações razoavelmente possíveis nessas premissas em todos os cenários simulados, o valor em uso permaneceu superior ao valor contábil da UGC. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu pela não necessidade de reconhecimento de perdas para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2025.

14 Fornecedores

	2025	2024
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	115.776	94.281
Materiais e serviços	62.615	68.356
Encargos de uso da rede elétrica	13.518	12.750
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	5.242	2.575
Total	197.151	177.962

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2025 apresentou aumento de R\$ 21.495 em relação a 31 de dezembro de 2024, em função das seguintes variações: (i) aumento de R\$ 22.243 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia, e (ii) redução de R\$ 748 nas despesas do Mercado de Curto Prazo. Esses fatores explicam a movimentação observada no exercício analisado.

O saldo de Fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 39 dias (48 dias em 31 de dezembro de 2024).

14.1 Fornecedores - Risco Sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza as faturas ao FIDC que, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa à instituição financeira, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de Fornecedores – risco sacado é de R\$ 11.931 (R\$ 4.382 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 87.526 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 55.164 em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 57 dias (52 em 31 de dezembro de 2024).

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	2025		
		Principal e encargos		Total
		Circulante	Não circulante	
Moeda estrangeira (USD)				
CDI	de 0,99% a 1,85%	465.899	260.929	726.828
Total moeda estrangeira (US\$)		465.899	260.929	726.828
Moeda nacional				
CDI	0,59%	12.742	200.862	213.604
Subtotal		12.742	200.862	213.604
(-) Custo de transação		(85)	(1.423)	(1.508)
Total moeda nacional (R\$)		12.657	199.439	212.096
Total empréstimos e financiamentos		478.556	460.368	938.924

	Custo da dívida (% a.a.)	2024		
		Principal e encargos		Total
		Circulante	Não circulante	
Moeda estrangeira (US\$)				
CDI	de 1,38% a.a. até 1,85% a.a.	441.421	508.850	950.271
Total empréstimos e financiamentos		441.421	508.850	950.271

15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de Empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	14.144	731.953	746.097
Encargos	-	-	41.131	-	41.131
Variação monetária e cambial	-	-	41.390	162.866	204.256
Transferência	-	-	385.969	(385.969)	-
Pagamentos de juros	-	-	(41.213)	-	(41.213)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	441.421	508.850	950.271
Ingressos	-	217.000	-	260.000	477.000
Encargos	8.184	-	32.373	-	40.557
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	42	901	(52.190)	(37.000)	(88.247)
Transferência	16.919	(16.919)	470.921	(470.921)	-
Amortização de principal	(5.036)	-	(393.933)	-	(398.969)
Pagamentos de juros	(7.487)	-	(32.693)	-	(40.180)
Custo de transação (a)	35	(1.543)	-	-	(1.508)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	12.657	199.439	465.899	260.929	938.924

(a) Refere-se a movimentação de custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

15.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	478.556	51%
2027	12.141	1%
2028	273.071	29%
2029	12.141	1%
2030	12.141	1%
De 2031 até 2043	152.297	16%
Subtotal	461.791	49%
(-) Custo de transação	(1.423)	0%
Não circulante	460.368	49%
Total	938.924	100%

15.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados pela controladora indireta, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Scotiabank	Citibank
1ª Dívida Líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6	2,6

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja apuração é anual, assegurada por auditoria independente e entregue até 31 de maio do ano subsequente. O *covenants* estabelecido nos contratos consiste na relação Dívida Líquida/EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados contratualmente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Debêntures

16.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	2025		
		Circulante	Principal e encargos Não circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	de 0,02% a.a. até 1,20% a.a.	30.256	1.563.201	1.593.457
IPCA	de 6,50% a.a. até 6,75% a.a.	7.146	434.866	442.012
Subtotal		37.402	1.998.067	2.035.469
(-) Custo de transação		(3.474)	(22.690)	(26.164)
Total de debêntures		33.928	1.975.377	2.009.305

	Custo da dívida (% a.a.)	2024		
		Circulante	Principal e encargos Não circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	de 0,51% a.a. até 1,80% a.a.	53.135	1.612.539	1.665.674
IPCA	de 6,50% a.a. até 6,75% a.a.	6.740	416.711	423.451
Subtotal		59.875	2.029.250	2.089.125
(-) Custo de transação		(2.790)	(22.863)	(25.653)
Total de debêntures		57.085	2.006.387	2.063.472

16.2 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.717	1.198.716	1.244.433
Ingressos	-	795.000	795.000
Encargos	156.713	-	156.713
Transferências	(5.289)	5.289	-
Pagamentos de juros	(142.555)	-	(142.555)
Variação monetária	-	19.667	19.667
Custo de transação	2.499	(12.285)	(9.786)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	57.085	2.006.387	2.063.472
Ingressos	-	750.000	750.000
Encargos	231.660	-	231.660
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	-	36.066	36.066
Transferência	811.078	(811.078)	-
Amortização de principal (a)	(817.246)	-	(817.246)
Pagamentos de juros (a)	(254.135)	-	(254.135)
Custo de transação (b)	5.486	(5.998)	(512)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	33.928	1.975.377	2.009.305

(a) Em 04 e 08 de setembro de 2025, ocorreram os resgates antecipados da 1ª Emissão de Debêntures, no montante total de R\$ 628.090, sendo R\$ 617.247 amortização de principal e R\$ 10.843 de pagamento de juros, e da 3ª Emissão de Debêntures, respectivamente, no montante total de R\$ 213.915, sendo R\$ 200.000 amortização de principal e R\$ 13.915 de pagamento de juros; e

(b) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

16.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	33.928	2%
2027	608.912	30%
2028	272.500	14%
2029	391.070	19%
2030	97.500	5%
De 2031 até 2037	628.085	31%
Subtotal	1.998.067	99%
(-) Custo de transação (Não circulante)	(22.690)	-1%
Não circulante	1.975.377	98%
Total debêntures	2.009.305	100%

16.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	2ª 4ª 5ª 6ª 7ª 8ª e 9ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

17 Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
Circulante		
ICMS	13.852	12.912
PIS e COFINS	9.390	8.476
Parcelamento Federal PRT (a)	102.359	87.405
Encargos sociais e outros	1.378	2.360
ISS	2.937	6.042
Total circulante	129.916	117.195
Não circulante		
Parcelamento Federal PRT (a)	124.767	201.971
Total não circulante	124.767	201.971
Total	254.683	319.166

(a) Além do parcelamento ordinário, esse montante inclui débitos previdenciários e demais tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) parcelados no âmbito do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), instituído pela Lei nº 12.966/2014, correspondentes às parcelas vincendas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Impostos e contribuições sobre o lucro corrente e diferidos

18.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	10.571	10.571	200.683	200.683
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(2.643)	(951)	(50.171)	(18.061)
Outras adições (reversões) permanentes	(618)	41	(1.178)	(88)
Atualização de Indébito tributário	261	94	254	-
Reversão de provisão	-	-	1.373	91
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	-	218	78
Incentivo PAT	408	-	-	494
Incentivo prorrogação licença maternidade	12	-	-	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(13.999)	(5.212)	49.722	17.564
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado (a)	(16.579)	(6.028)	218	78
Alíquota efetiva	-157%	-57%	0%	0%
Imposto Corrente	(16.579)	(6.028)		
Imposto Diferido	-	-	218	78

(a) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023.

18.2 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia não constituiu Impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 1.292.521 (R\$ 1.174.317 em 31 de dezembro de 2024) a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias:

	2025		2024	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	3.373.990	843.498	3.403.176	850.794
Base Negativa de CSLL	3.365.086	302.858	3.393.785	305.441
Diferenças temporárias	429.897	146.165	53.182	18.082
Total de tributos diferidos	7.168.973	1.292.521	6.850.143	1.174.317

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	80.426	3.240	92.840	4.467
Fiscais	14.862	4.116	17.387	4.115
Trabalhistas	70.728	-	72.131	-
Regulatórias	8.126	-	15.600	-
Total	174.142	7.356	197.958	8.582
Circulante	125.673	-	125.172	809
Não circulante	48.469	7.356	72.786	7.773

19.1 Movimentação dos processos no exercício

	2024			2025		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	92.840	5.468	(10.697)	(4.072)	(3.113)	80.426
Fiscais	17.387	-	-	(50)	(2.475)	14.862
Trabalhistas	72.131	1.054	(4.274)	(1.626)	3.443	70.728
Regulatórios	15.600	-	(8.086)	-	612	8.126
Total contingências	197.958	6.522	(23.057)	(5.748)	(1.533)	174.142

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	142.858	8.803	(40.888)	(11.893)	(6.040)	92.840
Fiscais	11.927	4.116	-	-	1.344	17.387
Trabalhistas	70.486	7.436	(5.258)	(4.234)	3.701	72.131
Regulatórios	21.017	1.250	(7.426)	-	759	15.600
Total contingências	246.288	21.605	(53.572)	(16.127)	(236)	197.958

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no exercício; e

(3) Atualizações monetárias mensais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2025 a 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza cível, fiscal e trabalhista, em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos demonstrado abaixo:

	2025	2025
Cíveis	151.827	125.741
Fiscais	2.690	2.530
Trabalhistas	1.452	1.194
Regulatório	3	-
Total	155.972	129.465

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos respectivamente:

a) Cíveis

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacam-se as ações cíveis de execução de título extrajudicial decorrente de termos de confissão de dívida formalizados pela Companhia antes da aquisição pela Companhia, no montante de R\$ 3.333 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.873 em 31 de dezembro de 2024), e a ação de cobrança em face da CEA por inadimplemento do contrato nº 15/2013, referente à implantação das linhas de subtransmissão e da subestação do município de Laranjal do Jari, no montante de R\$ 7.766, atualizado até o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 (R\$ 7.347, em 31 de dezembro de 2024).

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica como possíveis. Destacam-se a ação ajuizada pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil, tendo como objeto a discussão sobre informações pertinentes à 2ª tranche do Programa Luz para Todos (PLPT) no Estado do Amapá, em um valor associado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 91.729 (R\$ 81.452 em 31 de dezembro de 2024) e à ação ajuizada pelo Município de Macapá em 2017, afirmando que a Companhia estava retendo valores de receita com iluminação pública com base em dados unilaterais. Requereu, assim, o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelas partes no âmbito do Ministério Público, a fim de que a Companhia repasse ao município a totalidade do percentual consignado, um valor associado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 22.120 (R\$19.791 em 31 de dezembro de 2024).

b) Fiscais

A Companhia figura como ré em processos os quais versam em sua grande maioria sobre autuações fiscais.

Existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica para os quais não foi constituída provisão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

c) Trabalhistas

O passivo trabalhista composto por reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação trabalhista de execução, cujo objeto são os reflexos de verbas salariais intituladas progressão por antiguidade, suprimidas entre os anos de 2013 e 2019. Atualmente, o processo aguarda o julgamento do agravo interno em recurso de embargos e, posteriormente, a realização do juízo de admissibilidade do recurso extraordinário interposto. Valor provisionado de R\$ 33.700 até o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 (R\$ 30.556 em 31 de dezembro de 2024).

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis.

d) Regulatórios

O valor de R\$ 8.126 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 15.600 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a 8 prováveis penalidades a serem aplicadas contra a Companhia, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

20 Patrimônio líquido negativo

20.1 Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 1.517.876, dividido em 8.944.122.995.640 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	8.944.122.803.743	100,00%
Município de Mazagão (minoritário)	191.897	0,0%
Total	8.944.122.995.640	100%

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000.

As ações são consideradas indivisíveis e a cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias.

21 Planos de incentivos de longo prazo

A Companhia instituiu planos de incentivos de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

21.1 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas, considerando todos os programas ativos:

Em ações	Número de ações		Valor justo médio ponderado	
	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1º de janeiro	104.302	31,60	62.952	33,32
Outorgadas durante o exercício	62.907	-	50.000	-
Cancelamento/ transferência (a)	(16.503)	-	(8.650)	-
Pagamentos	(25.000)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício	125.706	38,41	104.302	31,60

(a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação Monte Carlo para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma despesa provisória de R\$ 2.011 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 2.038 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

21.2 Plano de outorga de "Matching share"

As Ações *Matching* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Em ações	Número de opções	Valor justo médio ponderado	Número de opções	Valor justo médio ponderado
	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1º de janeiro	25.792	31,12	-	-
Outorgadas durante o exercício/exercício	12.786	32,22	25.792	-
Existentes ao fim do exercício/exercício 1ª Outorga	25.792	31,12	25.792	31,12
Existentes ao fim do exercício/exercício 2ª Outorga	12.786	32,22	-	-
Existentes ao fim do exercício/exercício	38.578	-	25.792	-

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 415 (R\$ 263 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

21.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ajuste avaliação patrimonial é de R\$ 40.677 (R\$ 28.775 em 31 de dezembro de 2024). O aumento no saldo ocorreu devido à contabilização de resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ 11.902.

21.4 Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de prejuízos acumulados é de R\$ 2.230.478 (R\$ 2.218.442 em 31 de dezembro de 2024). O aumento no saldo ocorreu devido ao prejuízo do exercício no montante de R\$ 12.036 (R\$ 200.979 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

22 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	2025	2024
Receita de distribuição (a)	1.264.963	1.155.426
Remuneração financeira WACC	7.648	2.056
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	190.960	252.562
Subvenção CDE – Outros (c)	51.211	18.377
Fornecimento de energia elétrica	1.514.782	1.428.421
Suprimento de energia elétrica (d)	162.066	38.306
Receita pela disponibilidade – uso da rede	59.194	43.122
Receita de construção (e)	367.040	349.773
Atualização do ativo financeiro e contrato	4.698	18.882
Outras receitas	192.660	142.872
Receita operacional bruta	2.300.440	2.021.376
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(228.754)	(184.040)
PIS e COFINS	(166.597)	(115.116)
Encargos do consumidor	(15.938)	(13.064)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSE	(33)	(76)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (f)	(65.062)	(115.128)
Penalidades DIC/FIC e outras	(9.982)	(9.288)
Deduções da receita operacional	(486.366)	(436.712)
Receita operacional líquida	1.814.074	1.584.664

- (a) O aumento de 9,48% da receita operacional de 2025 em relação a 2024 está associada, principalmente, à receita de venda de energia às classes consumidoras e bandeiras tarifárias, sendo diretamente influenciada pela evolução do mercado atendido e o reposicionamento tarifário;
- (b) A variação negativa de R\$ 61.602 no resultado das contas de CVA decorre, principalmente, do impacto negativo de R\$ 295.979 relacionado ao reconhecimento da Diferença de Tarifas da RTE 2023, registrado em junho de 2024, parcialmente compensado pelo efeito positivo de R\$ 169.193 referente à diferença entre os valores amortizados no último reajuste tarifário. Adicionalmente, a constituição da CVA apresentou mudança de posição em relação ao exercício anterior, passando de passiva para ativa em função do comportamento dos custos de energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando efeito positivo de R\$ 84.509. Por outro lado, houve impacto negativo de R\$ 17.648 na CVA da Bandeira Tarifária Faturada, em razão das bandeiras aplicadas em 2025, diferentes daquelas observadas no exercício anterior, além de uma variação negativa de R\$ 1.677 associada às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo;
- (c) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário. A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II e III, representando aumento de consumidores que geram energia, bem como a quantidade de energia injetada faturada;
- (d) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido a distribuidora ter vendido energia no Mercado de Curto Prazo no exercício 31 de dezembro de 2025 vendidos ao preço médio PLD de R\$ 204,93/MWh maior do que no exercício anterior de 2024 vendidos ao preço médio PLD de R\$ 104,63/MWh;
- (e) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados; e
- (f) Refere-se, principalmente, aos valores registrados na conta de CDE, aos pagamentos da quota CDE-USO e CDE GD conforme resolução ANEEL nº 3.484/2025 de 15 julho de 2025, que resultou em um acréscimo de R\$ 27.411. Entretanto houve a quitação dos empréstimos da Conta CDE-COVID e CDE-ESCASSEZ conforme Despacho Aneel nº 3.056/24 em outubro de 2024, o que representou uma redução de R\$ 77.477 em relação a 2024, totalizando uma redução na conta CDE de R\$ 50.066.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 a 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Custos do serviço e despesas operacionais

	2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(18.834)	(6.759)	(25.468)	-	(51.061)
Material	(5.282)	(1.958)	(751)	-	(7.991)
Serviços de terceiros	(24.294)	(34.068)	(30.328)	-	(88.690)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(803.125)	-	-	-	(803.125)
Custo de construção (b)	(367.040)	-	-	-	(367.040)
PECLD (c)	-	-	-	22.357	22.357
Provisão para riscos judiciais	-	-	(774)	-	(774)
Amortização	(56.627)	-	(14.712)	-	(71.339)
Subvenção CCC (d)	(15.677)	-	-	-	(15.677)
Outros	(595)	(924)	(601)	(558)	(2.678)
Total	(1.291.474)	(43.709)	(72.634)	21.799	(1.386.018)

	2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(8.472)	(6.877)	(18.402)	-	(33.751)
Material	(2.127)	(1.601)	(562)	-	(4.290)
Serviços de terceiros	(20.375)	(51.982)	(23.131)	-	(95.488)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(568.531)	-	-	-	(568.531)
Custo de construção (b)	(349.773)	-	-	-	(349.773)
PECLD (c)	-	-	-	1.284	1.284
Provisão para riscos judiciais	-	-	(1.362)	-	(1.362)
Amortização	(26.823)	-	(6.997)	-	(33.820)
Subvenção CCC (d)	(17.300)	-	-	-	(17.300)
Outros	(235)	(1.407)	841	-	(801)
Total	(993.636)	(61.867)	(49.613)	1.284	(1.103.832)

- (a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 – Energia elétrica comprada para revenda;
- (b) No exercício, houve aumento do custo/receita de construção devido à intensificação em novos investimentos de expansão e manutenção da rede de energia elétrica no estado, também atrelada ao aumento de consumidores. Esse movimento reflete o compromisso da Companhia com a melhoria da qualidade do fornecimento de energia e com a ampliação da capacidade de atendimento à crescente demanda. As obras contemplaram, principalmente, a modernização de subestações, reforço em linhas e extensão da rede de distribuição;
- (c) Saldo demonstrado na nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD); e
- (d) A variação da Subvenção CCC é decorrente do aumento do custo de energia de Oiapoque, como consequência do aumento de preço do combustível e do crescimento do mercado local. Outro fator relevante foi o aumento da base de ativos registrados no SIGFI, o que resultou em acréscimo dos gastos com Operação e Manutenção (O&M), além de maiores valores de reembolsos. Esses efeitos refletem a intensificação das atividades operacionais na região e o consequente aumento da demanda por suporte técnico e logístico, elevando os custos repassados à subvenção.

24 Energia elétrica comprada para revenda

	2025		2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	1.784	(562.017)	1.847	(404.204)
Contratos Eletronuclear	45	(14.098)	46	(15.021)
Contratos cotas de garantias	192	(62.880)	209	(56.464)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(31.328)	-	(45.003)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(80.800)	-	(31.026)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	25	(12.351)	25	(10.346)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	63.380	-	51.910
Custo de geração distribuída (d)	-	(5.761)	-	(4.240)
Subtotal	2.046	(705.855)	2.127	(514.394)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e)	-	(97.270)	-	(54.137)
Total	2.046	(803.125)	2.127	(568.531)

- (a) A conta de Energia Leilão refere-se aos custos com contratos (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) e Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD)), para o exercício houve redução no volume contratado em 3,41%, embora a despesa tenha crescido em 39,04% devido o despacho térmico dos contratos por disponibilidade, que correspondem a 69% dos contratos da distribuidora, com preço médio do exercício em R\$ 315,03/MWh em relação a 2024 de R\$ 218,84/MWh;
- (b) A diminuição está associada as despesas do ESS e EER pela melhora das condições de fornecimento de energia elétrica com a redução do despacho térmico para atender a segurança energética do SIN (Sistema Interligado Nacional);
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 49.774, em virtude do aumento das despesas do mercado do curto prazo com efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao exercício de 2024;
- (d) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar; e
- (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.348 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 e Resolução Homologatória nº 3.481 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(*) não auditado.

25 Outras despesas operacionais, líquidas

	2025	2024
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisão para perda de estoque	12.520	18.549
Outras receitas operacionais	4.105	12.654
Total de outras receitas operacionais	16.625	31.203
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (a)	(38.038)	(5.683)
Indenização por danos a terceiros	(686)	(106)
Provisão para perda de estoque	(30.750)	(9.562)
Baixa de recebíveis incobráveis (b)	(10.878)	(16.946)
Outras despesas operacionais	(7.250)	(20.422)
Total de outras despesas operacionais	(87.602)	(52.719)
Total outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	(70.977)	(21.516)

- (a) A variação decorre do maior volume de investimentos realizados ao longo do exercício, voltados principalmente à substituição de ativos; e
- (b) No exercício de 2025 foram realizadas baixas de títulos receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 36.134 e 25.256 (sendo R\$ 24.970 do contas a receber de clientes, conforme nota explicativa nº 6.2 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), e R\$ 286 de outros créditos a receber), respectivamente resultando em um montante líquido de R\$ 10.878.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

26 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	116.678	55.813
Valores a receber/devolver parcela A	34.377	26.997
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	31.181	224.780
Acréscimo moratório de energia vendida	11.989	2.792
Receita Financeira de AVP	9.622	4.620
Atualização de eficiência e contingências	-	236
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (d)	121.334	15.080
PIS/COFINS sobre receita financeira	(7.741)	(4.102)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	4.768
Outras receitas financeiras	3.439	3.284
Total de receitas financeiras	320.879	334.268
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (c)	(271.530)	(189.894)
Valores a receber/devolver parcela A	(19.921)	(20.897)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(240.653)	(77.457)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (d)	(69.153)	(239.003)
Despesa financeira de AVP	(21.097)	(4.870)
Atualização de contingências	1.533	-
Multas	(3)	(422)
Encargos regulatórios	-	(5.800)
Descontos concedidos	(433)	(8.511)
PECLD sobre juros de mora sobre contas a receber	(1.769)	-
Encargos de geração distribuída	-	(173)
Outras despesas financeiras	(44.361)	(45.874)
Total de despesas financeiras	(667.387)	(592.901)
Resultado financeiro líquido	(346.508)	(258.633)

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do aumento da média de disponibilidade de caixa e aplicações financeiras na comparação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024. Além disso, houve impacto favorável da elevação da taxa CDI, que passou de 10,88% no acumulado até dezembro de 2024 para 14,32% no acumulado até dezembro de 2025;
- (b) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da contratação de operações de swap e da variação cambial incidente sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 11,14%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por sua vez, registrou-se receita financeira decorrente da desvalorização do real, com alta de 27,91%;
- (c) No acumulado até 31 de dezembro de 2025, o aumento na despesa, deu-se principalmente em função da elevação da taxa CDI, indexador com 86% de participação na dívida da Companhia, que passou de 10,88% no acumulado até dezembro de 2024 para 14,32% no acumulado até dezembro de 2025; e
- (d) No acumulado até 31 de dezembro de 2025, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 11,14% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025. Em contrapartida, no acumulado até 31 de dezembro de 2024, a variação cambial gerou uma despesa, decorrente da alta de 27,91% no valor do dólar. Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo.

27 Instrumentos financeiros

27.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 15.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 16.4 – *Covenants* das debêntures.

27.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os *swaps* contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa. Já os *swaps* contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de valor justo.

27.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e depósitos bancários	-	Custo amortizado	6.907	6.907	7.205	7.205
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	65.859	65.859	76.142	76.142
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	619.767	619.767	878.538	878.538
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	452.849	452.849	424.412	424.412
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor Justo por meio de resultado	8.244	8.244	92.091	92.091
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	127.139	127.139	72.652	72.652
Ativo financeiro da concessão	3	Valor justo por meio do resultado	87.385	87.385	55.288	55.288
Total do ativo			1.368.150	1.368.150	1.606.328	1.606.328

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	197.151	197.151	177.962	177.962
Fornecedores – Risco Sacado	-	Custo amortizado	11.931	11.931	4.382	4.382
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	726.828	726.761	950.271	934.325
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	212.096	211.108	-	-
Debêntures	-	Custo amortizado	1.613.201	1.595.445	2.063.472	2.068.224
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	396.104	396.104	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	68.684	68.684	-	-
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	1.191	1.191	122.585	122.585
Total do passivo			3.227.186	3.208.375	3.318.672	3.307.478

27.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia é realizar *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

27.4.1 Aspectos da relação de hedge

a) Teste de efetividade do hedge

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

b) Índice de hedge

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante *notional*, prazo e risco objeto da proteção.

c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de Hedge	Juros	Indexadores	Valor justo	
									2025	2024
Scotiabank	29/12/2021	29/12/2026	US\$ 43.867	R\$ 250.000	anual	Fluxo de caixa	Semestral	USD + 2,52% a.a. / CDI + 1,85% a.a.	(9.414)	1.706
Sumitomo Mitsui	07/02/2022	07/02/2025	US\$ 47.081	R\$ 250.000	bullet	Fluxo de caixa	Semestral	USD + 3,05% a.a./CDI + 1,48% a.a.	-	31.397
Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 36.000	R\$ 179.280	bullet	Fluxo de caixa	Semestral	USD + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	11.360	37.863
Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 24.240	R\$ 120.720	bullet	Fluxo de caixa	Semestral	USD + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	7.649	25.496
ABC	20/12/2024	15/12/2036	-	R\$ 250.000	anual	Valor justo	Semestral	IPCA + 7,9091% a.a./ CDI + 0,51% a.a.	(7.310)	(4.371)
BNP	11/07/2025	11/07/2027	-	R\$ 600.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Anual	EUR + 3,61% a.a./ CDI + 0,9245% a.a.	(40.443)	-
Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	R\$ 150.000	Anual	Valor justo	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,020% a.a.	(5.403)	-
Bradesco	02/07/2025	15/08/2043	-	R\$ 217.000	Mensal	Valor justo	Mensal	IPCA + 7,70% a.a./ CDI + 0,5850% a.a.	(6.820)	-
Citibank	25/08/2025	24/08/2028	US\$ 47.421	R\$ 260.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + Sofr + 1,10% a.a./CDI + 0,99% a.a.	(10.059)	-
Total									(60.440)	92.091
								Ativo circulante	8.244	33.966
								Ativo não circulante	-	58.125
								Passivo não circulante	(68.684)	-
								Efeito líquido total	(60.440)	92.091

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge*, na Companhia, foram os seguintes:

Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	2025		2024		Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	
		Valor nominal	Ativo (Passivo)	Valor nominal	Ativo (Passivo)	2025	2024
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	2.027.000	(60.440)	1.050.000	92.091	11.902	5.609

27.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 25.5 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(I) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 72.766 (R\$ 83.347 em 31 de dezembro de 2024). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

(II) Contas a receber de clientes

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021 emitida pela ANEEL.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na nota nº 6 – Contas a receber de clientes. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado nas notas explicativas nº 6.2 e 3.13.3 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer	120.847	4,45% a 24,91%	29.847	76.743	4,45%	3.415
Vencido 1 a 30	4.866	24,91%	1.212	42.679	11,70%	4.993
Vencido 31 a 60	3.220	34,54%	1.112	13.074	22,85%	2.987
Vencido 61 a 90	2.566	48,50%	1.245	8.984	29,63%	2.662
Vencido 91 a 180	6.181	54,24% a 59,19%	3.503	17.624	33,28% a 38,97%	6.379
Vencido 181 a 360	11.191	59,19%	6.624	26.900	38,97% a 38,97%	10.483
Acima de 360	61.238	59,19% a 86,30%	42.357	167.653	38,97% a 67,95%	84.356
Total	210.109		85.900	353.657		115.275

Aging parcelamentos saldos a vencer

	2025				Total
	2026	2027	2028	Após 2028	
Residencial	37.110	18.356	9.472	8.218	73.156
Industrial	2.555	1.283	660	1.678	6.176
Comercial	6.345	3.123	1.407	566	11.441
Rural	553	295	153	112	1.113
Poder público	7.157	4.705	3.696	1.030	16.588
Iluminação pública	4.476	3.299	951	3.453	12.179
Serviço público	194	-	-	-	194
Total	58.390	31.061	16.339	15.057	120.847

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2025					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	
Residencial	13.200	15.439	11.369	10.378	5.312	55.698
Industrial	718	273	4.274	628	269	6.162
Comercial	2.118	2.233	1.833	2.284	1.481	9.949
Rural	159	172	114	258	101	804
Poder público	1.139	2.253	947	458	-	4.797
Iluminação pública	(3)	1.166	-	-	-	1.163
Serviço público	37	-	-	-	-	37
Total	17.368	21.536	18.537	14.006	7.163	78.610

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo PECLD
A Vencer	34.840	4,45%	1.550

PECLD Outros

Faixa (em dias)	Outros faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD outros faturados
A Vencer	3.659	4,45%	163
Vencido 1 a 30	1.352	11,38%	154
Vencido 31 a 60	186	22,85%	43
Vencido 61 a 90	(126)	29,63%	(37)
Vencido 91 a 180	(475)	33,28% a 38,97%	(176)
Vencido 181 a 360	(887)	38,97% a 38,97%	(346)
Acima de 360	8.324	38,97% a 67,95%	4.825
Total	12.033		4.626

(III) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(IV) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 1,35 em 31 de dezembro de 2025 (1,93 em 31 de dezembro de 2024).

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	2025						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	938.924	1.336.676	347.770	172.756	51.396	432.676	332.078
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	2.009.305	3.212.525	7.109	229.055	811.793	1.212.840	951.727
Fornecedores	197.151	197.151	102.291	94.860	-	-	-
Total passivos financeiros derivativos	3.145.380	4.746.352	457.170	496.671	863.189	1.645.516	1.283.805

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

c) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição ao câmbio é de 24,7% (31,5% em 31 de dezembro de 2024), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, debêntures, credores financeiros de recuperação judicial e ajuste a valor presente de credores financeiros em moeda estrangeira).

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem *Swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 27.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V). O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial				
			Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV - 25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(726.828)	(786.296)	(982.870)	(1.179.444)	(589.722)	(393.149)
Impacto no resultado			(59.468)	(196.574)	(393.148)	196.574	393.148
<i>Swap</i> - Ponta Ativa	US\$	726.761	786.223	982.779	1.179.335	589.667	393.111
Impacto em outros resultados abrangentes			(6)	(18)	(37)	18	37
Impacto no resultado do exercício			59.468	196.574	393.149	(196.574)	(393.149)
Impacto líquido no resultado do exercício total			-	-	1	-	(1)
Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa em 31/12/2025	+25%	+50%	-25%	-50%	
Dólar US\$ R\$ (% 12 meses)	5,95	5,50	7,44	8,93	4,46	2,98	

Fonte: B3

e) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com o CPC 48, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV 25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	685.626	780.380	804.068	827.757	756.692	733.003
Impacto no resultado							
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.807.061)	(2.056.797)	(2.119.231)	(2.181.665)	(1.994.363)	(1.931.929)
	IPCA	(442.013)	(458.412)	(462.512)	(466.611)	(454.312)	(450.213)
Impacto no resultado							
Swap - Ponta Passiva	CDI	727.224	827.726	852.852	877.977	802.600	777.475
Impacto em outros resultados abrangentes							
				297	592	(297)	(592)
Impacto no resultado do exercício				24.829	49.659	(24.829)	(49.659)
Impacto líquido no resultado				(18.017)	(36.031)	18.017	36.031
Referência para ativos e passivos financeiros							
	Taxa projetada	Taxa em 31/12/2025	+25%	+50%	-25%	-50%	
CDI (% 12 meses)	13,82%	14,32%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%	
IPCA (%12 meses)	3,71%	4,46%	4,64%	5,57%	2,78%	1,86%	

Fonte: B3.

f) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 16 – Debêntures.

g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante Decreto nº 8.401/2015, criou a (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais sinal de custo associado às condições de geração de eletricidade.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência para definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realizou reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a ANEEL, CCEE, ONS e MME. A Medida Provisória nº 1.055/2021 teve sua vigência encerrada em 17 de novembro de 2021.

Conforme informações do ONS, o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2025, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2026.

h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas via Participação Pública e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador, conforme previsto em Procedimento de Regulação Tarifária (Submódulo 2.9 do Proret). A própria ANEEL também poderá proceder de ofício Revisões Tarifárias Extraordinárias, caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

i) Risco ambiental

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte.

27.6 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

28 Demonstrações dos fluxos de caixa

28.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Adição de ativos de contrato com contrapartida de fornecedores (a)	10.226
Adição de ativos de contrato com contrapartida de obrigações trabalhistas (a)	21.666
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato (b)	27.399
Transferências entre ativos de contrato e intangível (b)	411.726
Total de atividades de investimento	471.017
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (c)	6.208
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	11.902
Total de atividades de financiamento	18.110
Total	489.127

28.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros	Mudança no valor justo	Outros (a)	2025
Empréstimos e financiamentos	950.271	76.488	(40.180)	-	(47.655)	938.924
Debêntures	2.063.472	(73.244)	(254.135)	-	273.212	2.009.305
Instrumentos financeiros derivativos	(92.091)	10.838	(55.877)	(11.902)	209.472	60.440
Total	2.921.652	14.082	(350.192)	(11.902)	435.029	3.008.669

(a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros.

29 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 (*)
Energia contratada (R\$ Mil)	2026 a 2037	571.828	600.857	626.733	7.713.865
Energia contratada (MWh)	2026 a 2037	2.193.393	2.168.398	2.178.246	22.663.537
Sistemas isolados (R\$ Mil)	2026 a 2027	148.660	151.117	164.812	635.270
Sistemas isolados (MWh)	2026 a 2027	58.807	50.769	51.408	183.489

(*) estimado 9 anos após 2027.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cujas vigências variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula dos contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretoria Executiva

Augusto Dantas Borges
(Presidente)

Henderson Rovay

Cristiano de Lima Logrado

André Luiz Barata Pessoa

José Silva Sobral Neto

Nierbeth Costa Brito

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA-011842/O-3 S-AP

Relatório da Administração 2025

A Administração da CEA – Companhia de Eletricidade do Amapá, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As informações não financeiras da CEA - Equatorial Amapá, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (LPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Destaques de 2025

- ▶ O **mercado atendido** no ano de 2025 reduziu 1,9% em relação a 2024, atingindo 1.371 GWh.
 - ▶ A **Receita Operacional Líquida (ROL)** sem receita de construção aumentou 17% em 2025, totalizando R\$ 1,4 bilhões, enquanto em 2024 fechamos com R\$ 1,2 bilhões;
 - ▶ O **Lucro/Prejuízo Líquido** atingiu R\$ 12 milhões de prejuízo em 2025, comparado a R\$ 201 milhões de lucro em 2024.
 - ▶ Os **investimentos** da CEA - Equatorial Amapá somaram R\$ 367 milhões em 2025, aumento de R\$ 17 milhões em relação a 2024 que fechou em R\$ 350 milhões;
 - ▶ As **perdas de energia**, considerando a nova metodologia do despacho Aneel nº 684/2025, dos últimos 12 meses encerrados no ano de 2025 reduziram 2,4 p.p., atingindo 31%, contra 33% em 2024.
 - ▶ Em 2025, os índices de **DEC e FEC** da CEA - Equatorial Amapá (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 27,97 horas e 12,29 vezes, redução de 19% e 15% respectivamente, quando comparados aos índices observados ao final do ano anterior.
-

Mensagem do Presidente

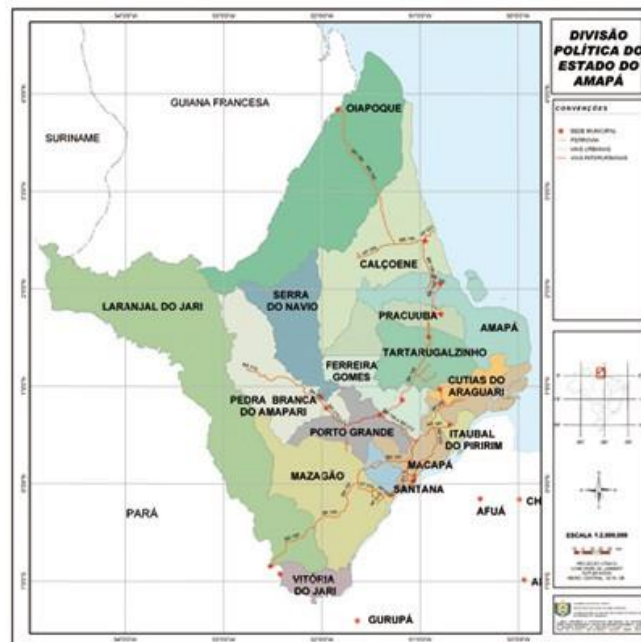
Em 2025 trabalhamos fortes com foco na expansão das frentes de trabalho e integração das equipes, nas oportunidades de melhorias operacionais, continuidade e expansão da cultura Equatorial na companhia com o objetivo de reestruturar e transformar a CEA Equatorial em referência no setor elétrico, com obras de grande impacto como a conclusão da construção da subestação Forte Cumaú no município de Santana, início da construção da subestação Amazonas no município de Macapá e expansão do parque de medição remota, avançamos também na continuidade e expansão dos programas de benefício à sociedade, como as campanhas de cadastro na Tarifa Social de Energia Elétrica, programas de eficiência energética, como E+ Geladeira e E+ Troca de Lâmpadas, avanço do programa “Luz para Todos” juntamente com sua vertente “Mais Luz para Amazônia”.

Acreditamos que com a expertise do Grupo Equatorial, que já transformou as distribuidoras do Maranhão, Pará, Piauí e Alagoas, e com a continuidade dos processos e padrões já implementados desde a assunção, avançaremos cada dia mais para sucesso semelhante aqui no Amapá.

Augusto Dantas Borges
Diretor-Presidente

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Amapá

Ambiente econômico e perspectivas no Estado do Amapá



Amapá	
Capital	Macapá
Área (km ²)	142.254
Número de Municípios	16
População Estimada 2025	806.517
Cres. Estimado PIB AP	5,0%
Cres. Estimado PIB BR	2,5%
Rendimento mensal domiciliar per capita (2025)	R\$ 1.697,00
Densidade demográfica (hab/km ²)	5,15

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>

Fonte PIB Estimado: <https://www.bb.com.br/site/investimentos/analises/>

Os dados econômicos apresentados na tabela abrangem todo o estado do Amapá. Considerando os valores mais recentes do IBGE, o Estado do Amapá tem uma população estimada em 806.517 habitantes distribuídos em 16 municípios e uma área territorial de cerca de 142.254 km².

Em 2025, o Mercado Fio B (composto pela soma da energia faturada dos mercados cativo, livre, uso do sistema e da energia compensada de GD II e III) no estado do Amapá apresentou redução de -2%. Esse resultado guarda relação com o expressivo crescimento acima de 14% no exercício anterior, ou seja, há um contexto de base elevada de comparação.

Dados Operacionais de Mercado

Dados Operacionais	Medida	2024	2025	Var.
		AP	AP	25 vs 24
Energia Injetada SIN	GWh	1.985	1.853	-6,6%
Sistema isolado	GWh	58	59	2,3%
Energia injetada pela Geração Distribuída	GWh	82	149	81,8%
Energia Injetada Bruta Total	GWh	2.125	2.061	-3,0%
<i>Variação Injetada Bruta Total (%)</i>	%		-3,0%	
Residencial - convencional	GWh	437	433	-1,0%
Residencial - baixa renda	GWh	365	332	-8,9%
Industrial	GWh	38	30	-19,4%
Comercial	GWh	241	197	-18,3%
Outros	GWh	172	174	1,3%
Consumidores Cativos	GWh	1.253	1.167	-6,9%
Industrial	GWh	10	21	100,7%
Comercial	GWh	67	85	27,0%
Outros	GWh	16	16	-3,4%
Consumidores livres	GWh	93	121	29,9%
Energia de Conexão - outras Distribuidoras	GWh	0	0	0,0%
Energia Faturada	GWh	1.347	1.288	-4,3%
<i>Variação Faturada (%)</i>	%		-4,3%	
SCEE - GDII + GD IIII	GWh	50	82	64,4%
Mercado Fio B	GWh	1.397	1.371	-1,9%
Fluxo Passante	GWh	0	32	0,0%
Energia Medida Total + Fluxo Passante	GWh	1.421	1.427	0,4%
<i>Variação Energia Medida Total + Fluxo Passante (%)</i>	%		0,4%	
Número de Consumidores	MIL	238	270	13,5%
<i>Variação Número de Consumidores (%)</i>	%		13,5%	
Perdas totais	GWh	704	634	-9,9%

Número de consumidores - Em 2025, a base de consumidores no Amapá totalizou 269.995 unidades, registrando crescimento de 13,5% em relação a 2024, mantendo trajetória de expansão observada nos últimos anos (9,4% em 2024 e 9,3% em 2023).

Consumidores	2025	2024	2023	2022	2021
Residencial Convencional	163.392	119.651	95.101	114.309	147.355
Residencial Baixa Renda	83.801	96.911	100.673	64.152	29.419
Industrial	525	521	242	247	289
Comercial	16.337	15.538	15.713	15.503	16.763
Outros	5.940	5.317	5.724	4.783	4.925
Total	269.995	237.938	217.453	198.994	198.751
Var.	13,5%	9,4%	9,3%	0,1%	-4,7%

O avanço foi concentrado principalmente na classe Residencial, que apresentou crescimento expressivo de 14,1% frente a 2024. Em relação ao Residencial Baixa Renda observou-se uma redução de -13,5%, impulsionada pelas recentes alterações nas políticas públicas federais voltadas à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), no âmbito do programa social conhecido como “Luz do Povo”.

Desde julho de 2025, tem-se verificado uma atualização e cruzamento mais rigoroso das bases de dados do Governo Federal, especialmente do Cadastro Único (CadÚnico) e dos registros vinculados ao recebimento do Bolsa Família. Essas ações resultaram em revisões cadastrais e na exclusão de famílias que não atendem mais aos critérios de

elegibilidade, refletindo diretamente na base de consumidores enquadrados como baixa renda na distribuidora, houve uma redução de quase -10% de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no Amapá em dezembro de 2025 quando comparado a dezembro de 2024.

Com a nova legislação, famílias inscritas no CadÚnico, com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo, passaram a ter isenção do pagamento da energia elétrica para consumo mensal de até 80 kWh. Nesses casos, permanece apenas a cobrança de encargos não relacionados ao fornecimento de energia, como a Contribuição de Iluminação Pública (CIP) e o ICMS, conforme a legislação estadual aplicável.

Ademais os segmentos Industrial, Comercial e Outros apresentaram crescimento de 6,7%. De forma geral, o desempenho da base em 2025 evidencia expansão relevante do mercado consumidor no estado, com predominância do segmento Residencial na composição do crescimento.

Mercado Fio B - O Mercado Fio B no Amapá totalizou 1.371 GWh em 2025, registrando variação de -1,9% em relação a 2024. O resultado ocorre após crescimento expressivo de 17,7% no exercício anterior, ou seja, há um contexto de base elevada de comparação.

Quando se compara o Mercado Fio B da classe Residencial de 2025 frente a 2024 há uma redução de -1,1%, justificada pela redução no número de unidades consumidoras no Residencial Baixa Renda. O segmento Industrial manteve trajetória de recuperação frente aos anos anteriores, com avanço adicional em 2025, também é importante destacar a categoria Outros que apresenta leve crescimento de 0,2%, impulsionada pela classe de Iluminação Pública. Por outro lado, a classe Comercial apresentou redução no consumo.

Mercado Atendido - MWh			* Histórico						
	2025	2024	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	765.093	802.163	802.164	670.810	530.126	600.800	518.145	524.959	544.987
Industrial	51.257	48.102	48.101	42.124	113.906	116.526	106.689	106.095	87.950
Comercial	281.838	307.881	308.077	287.823	250.835	251.135	232.808	261.206	229.218
Outros	190.234	188.518	188.518	175.534	212.013	152.512	156.293	178.320	138.418
Suprimentos p/ agentes de distribuição SCEE - GDII + GD IIII	82.337	50.068							
Total	1.370.759	1.396.733	1.346.860	1.176.291	1.106.880	1.120.973	1.013.935	1.070.580	1.000.573
Variação	-1,9%		14,50%	6,27%	-1,26%	10,56%	-5,29%	7,00%	-6,4%

***Histórico** – Apresentamos acima o histórico de Mercado Atendido disponibilizado no último relatório, que até então era acompanhado com base na energia faturada. Com a promulgação da Lei nº 14.300/2022, posteriormente regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023, passou a ser permitido o faturamento da energia compensada para unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica enquadradas nas modalidades de Geração Distribuída - GD 2 e 3. Diante dessa mudança regulatória, a energia faturada deixou de refletir integralmente o mercado que gera receita para a distribuidora.

Por esse motivo, passaremos a acompanhar como Mercado Atendido o indicador de Mercado Fio B, que representa de forma mais adequada o uso da infraestrutura de distribuição e o mercado efetivamente atendido pela rede da distribuidora, incorporando os efeitos da compensação de energia associados à GD.

Balço energético

Comportamento do balanço - Em 2025, a Energia Injetada Bruta apresentou redução de -3,0% em relação a 2024. O Sistema Isolado registrou crescimento moderado (2,3%), enquanto a Geração Distribuída manteve forte expansão no ano (81,8%). A Energia Medida também apresentou redução (-1,8%), como resultado, e as Perdas Totais apresentaram redução relevante (-9,9%), evidenciando melhora operacional no período.

4.3 Balço energético (MWh)	Energy Balance (MWh)	2024	2025	Var.
CEA (*)	CEA			
Sistema interligado	Interconnected System	1.984.887	1.853.058	-6,6%
Sistema isolado	Isolated Systems	58.078	59.412	2,3%
Energia injetada pela Geração Distribuída	Energy Injected by Distributed Generation	81.703	148.526	81,8%
Energia injetada bruta	Gross injected energy	2.124.668	2.060.996	-3,0%
Energia medida	Metered energy	1.421.103	1.395.075	-1,8%
Energia de fluxo passante	Pass-through energy	0	31.842	-
Perdas totais	Total Losses	703.565	634.078	-9,9%

É importante mencionar que estamos utilizando os critérios de perdas conforme estabelecido na Consulta Pública 09/2024 da Aneel, que passou a considerar o mercado medido como referência para o cálculo das perdas.

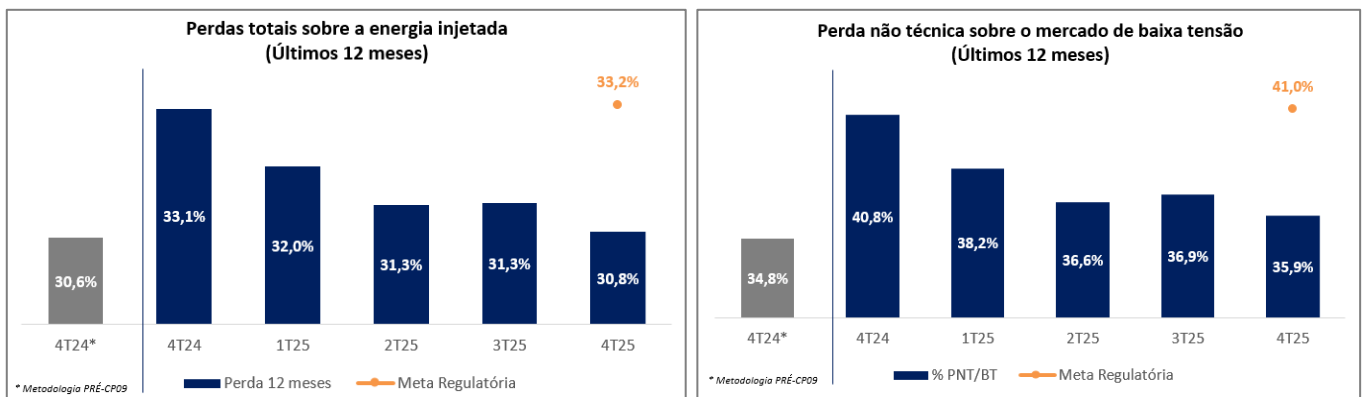
Gestão dos Negócios

Combate às perdas

O **Despacho Aneel nº 684/2025** introduziu uma nova metodologia para o cálculo da energia requerida e das perdas não técnicas, incorporando os efeitos da micro e minigeração distribuída (MMGD) por meio do conceito de “**mercado de fornecimento medido**”, que representa o consumo real dos usuários e inclui também a energia injetada pelos sistemas de MMGD na carga total, como a mudança passa a valer a partir dos processos tarifários de 2025, o **Grupo Equatorial** atualizou suas informações de perdas desde o **4T24**, alinhando-se antecipadamente às novas diretrizes regulatórias.

Em 2025, a energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial CEA atingiu 2.060 GWh, representando uma redução de 2,7% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 1.426 GWh, aumento de 0,5% em relação a 2024.

Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 634 GWh no ano, equivalentes a 30,8% da energia requerida. Esse desempenho implicou redução de 2,3 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 também trouxe desafios para a Equatorial Amapá, embora dentro da normalidade operacional do estado. Ainda assim, o período manteve a tendência de evolução observada desde a entrada da Equatorial Energia na concessão, com avanços consistentes nas iniciativas de combate a perdas. Entre 2024 e 2025, a Distribuidora registrou novas reduções nas perdas globais e na perda não técnica sobre mercado de baixa tensão, resultado de ações estruturantes, fortalecimento das equipes e maior uso de tecnologias de monitoramento e controle.

Esse movimento dá continuidade ao processo de melhoria implantado nos últimos anos, que levou a companhia a operar **de forma sustentada abaixo do indicador regulatório**, consolidando um patamar mais eficiente e um desempenho operacional mais robusto no estado.

Com isso, vamos apresentamos a seguir resumo/resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2025:

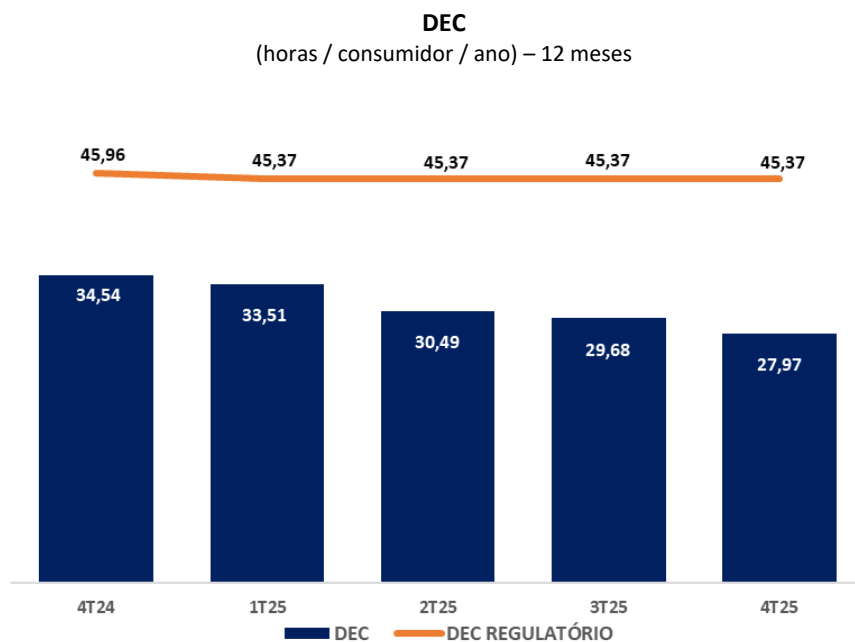
- Regularização de 16 áreas de gambiarras, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 652 clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;

- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 13,8 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 10 municípios;
- Inspeção de 23,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 4,2 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 224 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 12 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 647 novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

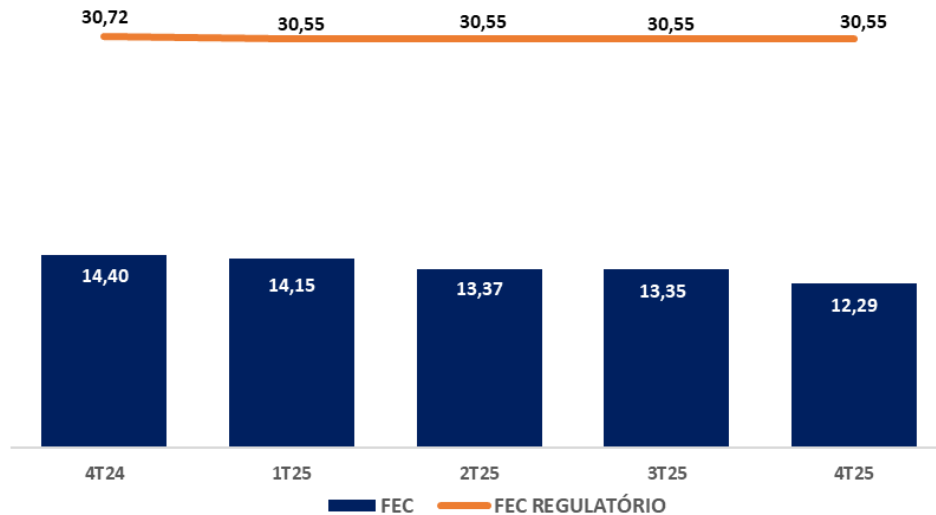
Hoje a Equatorial CEA possui 2,7 mil transformadores monitorados de maneira consistente, que correspondem a 55% do mercado de baixa tensão.

DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma queda de 19,02% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma queda de 14,65% em relação ao mesmo período.



FEC
(vezes / consumidor / ano) – 12 meses



Assuntos Regulatórios

Conforme o Contrato de Concessão nº 01/2021, em 13 de dezembro de cada ano, a CEA deve aplicar as novas tarifas homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aos consumidores conectados à rede de distribuição do Amapá. Nesse contexto, em dezembro de 2024, a ANEEL deliberou sobre as novas tarifas da CEA por meio da Resolução Homologatória nº 3.430/2024, estabelecendo um efeito médio de 13,7% para aplicação ao longo do ano de 2025.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há Revisão Tarifária Periódica (RTP) também é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

Dada a postergação da definição do reajuste tarifário de 2025, a distribuidora permanece sob tarifas homologadas mediante REH ANEEL nº 3.430, de 10 de dezembro de 2024. Haverá reconhecimento regulatório da diferença gerada pela postergação, garantindo neutralidade financeira. Tal postergação será findada assim que a ANEEL deliberar o reajuste tarifário da distribuidora, aguardado para março de 2026. O ajuste financeiro do período de postergação deve ser reconhecido no processo tarifário de 2026, a ocorrer em dezembro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 123 mil (R\$ 23 mil em 31 de dezembro de 2024) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 27 mil (R\$ 16 mil em 31 de dezembro de 2024) foram obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 97 mil (R\$ 7 mil em 31 de dezembro de 2024) foram recebidos via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)."

Relatório de Ações Sociais – ESG

O Programa Jornada de Segurança expandiu sua atuação para além das operações, com investimento de R\$ 3.371.803,88 na manutenção e aprimoramento das iniciativas, contribuindo para a cultura de prevenção e a proteção da população.

Entre as principais ações realizadas estão:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Como resultado dessas iniciativas, os acidentes envolvendo a população apresentaram redução em relação a 2024. Os acidentes graves caíram de 48 para 21 ocorrências, os leves diminuíram de 45 para 40 casos, e os fatais passaram de 90 para 89. Já os casos envolvendo apenas danos materiais aumentaram de 3 para 7 registros.

Iniciado em 2024, o Programa de Voluntariado corporativo do Grupo Equatorial avançou em 2025 em seu processo de consolidação, com foco no fortalecimento do engajamento dos colaboradores. Ao longo do período, o E+ Energia Voluntária mobilizou mais de 2.000 participantes, alcançando 55% de participação ativa em ações sociais. A iniciativa é apoiada por uma plataforma dedicada que permite aos colaboradores propor e liderar projetos, estimulando o protagonismo social e ampliando o impacto positivo junto às comunidades.

Em paralelo, 2025 marcou a consolidação do Instituto Equatorial como a estrutura responsável por organizar e potencializar o investimento social privado do Grupo. Presente nos sete estados de atuação do Grupo, o Instituto já impacta diretamente mais de 120 mil pessoas, evidenciando a expansão consistente do alcance social. Esse amadurecimento institucional também se refletiu em reconhecimento externo: o Instituto conquistou o primeiro lugar no Prêmio Ser Humano, promovido pela ABRH-MA, na categoria ESG, com o case “Diálogo Equatorial: integrando inteligência social no fortalecimento de laços sociais”, resultado obtido com menos de um ano de atuação.

A estratégia que sustenta esses avanços parte da compreensão de que a transformação social se constrói de forma colaborativa, a partir da escuta qualificada e do reconhecimento do protagonismo das comunidades. Nesse contexto, o Instituto conduziu uma revisão estratégica estruturada, com apoio de consultoria especializada em terceiro setor e investimento social privado, que resultou na atualização de sua missão, valores e direcionadores de atuação. Organizada em eixos complementares de articulação institucional, comunicação e investimento social para o desenvolvimento comunitário, a atuação do Instituto ocorre de forma integrada às áreas corporativas, evitando sobreposição de iniciativas e, externamente, por meio do fortalecimento de parcerias que ampliam a capilaridade e a efetividade das ações.

Em 2025, o Grupo Equatorial também apresentou avanços consistentes e estruturados em sua estratégia climática e em sua agenda de sustentabilidade e gestão corporativa. O Grupo Equatorial manteve a score B no CDP Mudanças Climáticas e, pela primeira vez, realizou o reporte ao CDP Segurança Hídrica, alcançando a score C, resultados que evidenciam a evolução da gestão de riscos e impactos ambientais, o fortalecimento das práticas de governança e o maior engajamento da cadeia de valor nos temas climáticos e hídricos. Em linha com esse movimento, o Grupo passou a ocupar a 22ª posição no ISE Bovespa (Índice de Sustentabilidade Empresarial), reforçando a consistência de sua trajetória de amadurecimento em práticas ESG e a integração crescente da sustentabilidade à estratégia do negócio.

Esse conjunto de avanços também se refletiu na atuação do Grupo na COP 30, que foi resultado de um planejamento técnico integrado e antecipado, mobilizando desde a alta liderança até as equipes operacionais, com foco na segurança e na confiabilidade do sistema elétrico. O Grupo investiu cerca de R\$ 95 milhões na preparação da infraestrutura em Belém (PA) e região, estruturando planos de contingência, medidas de segurança física e

cibernética e ações de conscientização interna. Durante o evento, o sistema operou sem intercorrências, com todas as demandas atendidas.

Paralelamente, o Grupo contribuiu tecnicamente para a agenda de transição energética no Pará, com destaque para a desativação de 19 usinas térmicas a diesel e o planejamento de retirada de outras 11, deixando como legado melhorias estruturais que ampliam a confiabilidade, a resiliência da rede e a qualidade do serviço prestado à população.

Gestão de Pessoas

A Equatorial Energia adquiriu o controle acionário da CEA em dezembro de 2021.

Desde sua aquisição a empresa vem passando por um processo de transformação, que é natural neste cenário, onde um dos desafios na gestão de pessoas é a implementação da cultura de resultados do Grupo Equatorial que é pautada em quatro pilares:

Liderança: Liderança inspiradora, responsável e que assume o seu papel;

Gente: Gente competente, engajada e trabalhando em equipe;

Resultados: Somos orientados a resultados, traçamos e alcançamos metas desafiadoras;

Meritocracia: Gente que assume desafios, dá o melhor de si e é recompensada pelos resultados.

Com quatro (04) anos de administração, a empresa realizou adaptações na estrutura organizacional sempre em busca por melhores resultados. Isso incluiu avaliar o desempenho dos colaboradores, redesenhar a estrutura organizacional e estabelecer uma configuração para fortalecer a gestão nas diversas regiões. Ao final de 2025, a empresa contava com 462 colaboradores ativos, alinhados ao modelo operacional do Grupo Equatorial Energia.

Principais Marcos em 2025

- Realização do “Papo com Presidente” nas bases, ação em que os colaboradores têm a oportunidade de “bater um papo” com o presidente;
- Realização de ginástica laboral nas áreas administrativas e operacionais, ampliando os encontros para 2x na semana;
- Manutenção da certificação ISO 9001 nos escopos já existentes, além de novas certificações em dois novos escopos: Gestão do Tratamento de Reclamação – Ouvidoria e Nível de Tensão;
- Realização do evento de premiação das Campanhas de Reconhecimento e Incentivo referente a 2025, abrangendo 10 Campanhas de Reconhecimento;
- Realização do Programa Movimente-se com a realização de corrida, funcional e vôlei de areia, visando a saúde e bem-estar dos colaboradores;
- Fortalecimento da Pesquisa de Clima, Engajamento e Suporte Organizacional realizada a nível de Grupo conduzida pela consultoria internacional Korn Ferry.
- Programa Líder Classe A, reforça o papel da liderança como protagonista na formação de talentos e ações estruturadas de desenvolvimento e sucessão;

Integração de Novos Colaboradores

Reestruturação do Programa de Integração, com o objetivo de proporcionar ao colaborador uma experiência mais estruturada e acolhedora desde o primeiro dia, conectando o novo colaborador à nossa cultura, aos nossos valores e ao nosso jeito de fazer gestão.

Atração e Retenção de Talentos

Os programas de porta de entrada da CEA estão alinhados ao modelo de gestão de Recursos Humanos adotado pelo Grupo, fortalecendo a formação de talentos aderentes à cultura e às necessidades do negócio.

A Escola de Eletricistas é uma das iniciativas desse modelo, com duração de quatro meses, contemplando uma trilha estruturada que envolve capacitação em Normas Regulamentadoras, treinamentos técnicos e comportamentais, além de visitas técnicas, proporcionando uma formação completa e uma visão sistêmica da organização.

Outro programa que oportuniza jovens universitários e estudantes de escolas técnicas experiência profissional é o Programa de Estágio.

O programa prepara estagiários com destacado potencial para ocuparem posições técnicas e/ou de analista, através de um sistema de desenvolvimento e acompanhamento que propicie, de forma estruturada, o amadurecimento profissional, a integração e compreensão da organização.

Meritocracia

O Programa de Remuneração Variável é baseado no alcance de metas para todos os níveis Grupo. Adicionalmente, como forma de estimular o alcance dos objetivos mais importantes.

Movimente-se

Nos eventos oficiais do Movimente-se, programa desenvolvido na CEA como forma de incentivo à saúde, foram impactados mais de 400 colaboradores, em atividades físicas de diversas modalidades, como corrida, musculação, beach tênis, treino funcional, alongamento e corrida.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida sem receita de construção, o total registrado no ano foi de R\$ 1,447 bilhões, 17,2% de aumento em relação a obtida no ano anterior R\$ 1,235 bilhões.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2025, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 947 milhões, ante R\$ 720 milhões reportado em 2024.

EBITDA

Em 2025, o EBITDA foi positivo em R\$ 428 milhões, 13,12% inferior ao ano anterior que encerrou em R\$ 493 milhões.

Resultado financeiro

Em 2025, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 347 milhões, contra R\$ 259 milhões negativos reportados em 2024.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025, o resultado com IRPJ e CSLL da CEA foi de R\$ 22,6 milhões, sendo R\$ 6 milhões com CSLL e R\$ 16,6 milhões com IRPJ. Já em 2024, o resultado com IRPJ e CSLL da CEA foi positivo em R\$ 0,3 milhão com impostos diferidos.

Lucro líquido

Em 2025, a CEA – Equatorial Amapá apurou prejuízo líquido de R\$ 12 milhões, enquanto em 2024 fechamos com lucro apurado de R\$ 201 milhões.

Endividamento

No fechamento de 2025, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 2,948 bilhões, redução de 2,22% em relação ao ano anterior que fechou em R\$ 3,014 bilhões.

Investimentos

Investimentos				
	2024	2025	Var. %	
Ativos elétricos	234	231	-1,3%	
Obrigações especiais (MLA / PLPT)	80	101	25,6%	
Ativos não elétricos	36	35	-1,1%	
Total	350	367	4,9%	

Em 2025, os investimentos da CEA – Companhia de Eletricidade do Amapá, totalizaram R\$ 367 milhões, representando um acréscimo de R\$ 17 milhões em relação a 2024. No referido exercício, observou-se crescimento dos aportes direcionados à RTP/2026 (Revisão Tarifária Periódica), com destaque para os projetos de Alta Tensão, que demandam volumes mais expressivos de recursos em razão da maior robustez operacional requerida.

As Obrigações Especiais também apresentaram aumento significativo no MLA (“Mais Luz na Amazonia”), decorrente das diferentes etapas de execução do projeto em cada período. Ressalta-se que a 1º tranche do MLA foi concluída no início de 2024, enquanto as ligações referentes à 2º tranche tiveram início a partir de dezembro de 2024, impactando o volume de investimentos em 2025. No PLPT (“Programa Luz para Todos”), os investimentos foram inferiores aos registrados em 2024, porém com menor materialidade na comparação entre os períodos.

Por fim, os ativos não elétricos permaneceram estáveis, apresentando variação linear em relação ao exercício anterior.

Diversidade e inclusão

Ao longo de 2025, foram promovidas ações focadas em diversidade, desenvolvimento de talentos e valorização de profissionais formados internamente.

Entre as iniciativas de destaque está a Escola de Eletricistas, que capacita profissionais para o setor e apoia a estratégia de primarização. No ano, formamos 330 pessoas, com 90% de aproveitamento nas turmas. Desses participantes, 65 foram inseridos no mercado de trabalho.

O Grupo Equatorial também avançou na incorporação da pauta de diversidade ao processo de atração e seleção. Foram realizadas capacitações voltadas a recrutadores e lideranças, abordando diversidade e vieses inconscientes e práticas de entrevistas por competência, além de reforçar o papel dos gestores como agentes da marca empregadora e promotores de processos seletivos mais justos e consistentes.

A padronização de critérios, testes e roteiros de entrevista busca ampliar a equidade nas decisões e reduzir subjetividades ao longo do processo. As consultorias parceiras também passaram a ser acompanhadas de forma mais estruturada, assegurando alinhamento às diretrizes institucionais da Companhia.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade de mulheres e proporção de remuneração entre nossos colaboradores:

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil				
Nível Hierárquico	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2025	
	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Conselho	-	-	-	-
Alta Liderança	3	-	3	-
Média Liderança	10	30,00	8	12,50
Equipe	285	22,46	440	15,91
Total	298	22,48	451	15,74

Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico		
Nível Hierárquico	Remuneração Média - 2024	Remuneração Média - 2025
Conselho	-	-
Alta Liderança	-	-
Média Liderança	0,98	1,20
Equipe	0,84	0,85
Total	0,79	0,70

As informações constantes nas tabelas acima consideram a quantidade de pessoas em cada nível hierárquico de forma consolidada no grupo Equatorial, sendo consideradas todas as empresas pertencentes ao Grupo Equatorial.

Na Tabela – Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil: A tabela estratifica o efetivo nos níveis de hierarquia definidos – Base dezembro de cada ano; A coluna “Total” contém o efetivo completo (mulheres e homens). A coluna “% Mulheres” mostra a proporção de mulheres em relação ao total. Na Tabela – Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico: A tabela mostra a proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração dos homens, considerando o nível hierárquico.

Em 2025, a Equatorial permaneceu na carteira do IDIVERSA B3, primeiro índice da América Latina a incorporar critérios de gênero e raça na seleção das empresas participantes. O índice busca acompanhar o desempenho médio das ações de companhias listadas que se destacam em diversidade, com base no Score de Diversidade desenvolvido pela B3. A presença contínua da Equatorial no IDIVERSA B3 reforça seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho e reconhece a diversidade como um elemento estratégico para o fortalecimento do desempenho corporativo e para o desenvolvimento sustentável.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Dantas Borges, Diretor-Presidente; Henderson Rovay, Cristiano de Lima Logrado, José Silva Sobral Neto, André Luiz Barata Pessoa e Nierbeth Costa Brito, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2026 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Serviços prestados pelo Auditor Independente

Por fim, durante o exercício de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações contábeis e da revisão de informações intermediárias, tais como: revisão da tradução das demonstrações financeiras para o inglês; emissão de relatório de asseguarção limitada sobre covenants; auditoria de demonstrações regulatórias; asseguarção limitada sobre outras contas a receber; asseguarção limitada sobre indicadores de sustentabilidade; diagnóstico de aderência às normas relacionadas à sustentabilidade; emissão de laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil; e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial.

A política de contratação adotada pela Companhia observa a regulamentação aplicável e assegura a independência do auditor, conforme previsto na Instrução CVM nº 381/03, conforme alterada pela Resolução CVM nº 162/2022, especialmente no que se refere à vedação de que o auditor audite o próprio trabalho, exerça funções gerenciais na Companhia ou atue na promoção de seus interesses.

As seguintes informações constantes deste Relatório da Administração não foram revisadas pelos auditores independentes: (i) dados operacionais; (ii) informações financeiras pro forma e suas comparações com resultados societários; e (iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia.

Diretoria Executiva

Augusto Dantas Borges

Diretor Presidente

Henderson Rovay

Diretor

Cristiano de Lima Logrado

Diretor

André Luiz Barata Pessoa

Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Marcos Antônio Souza de Almeida